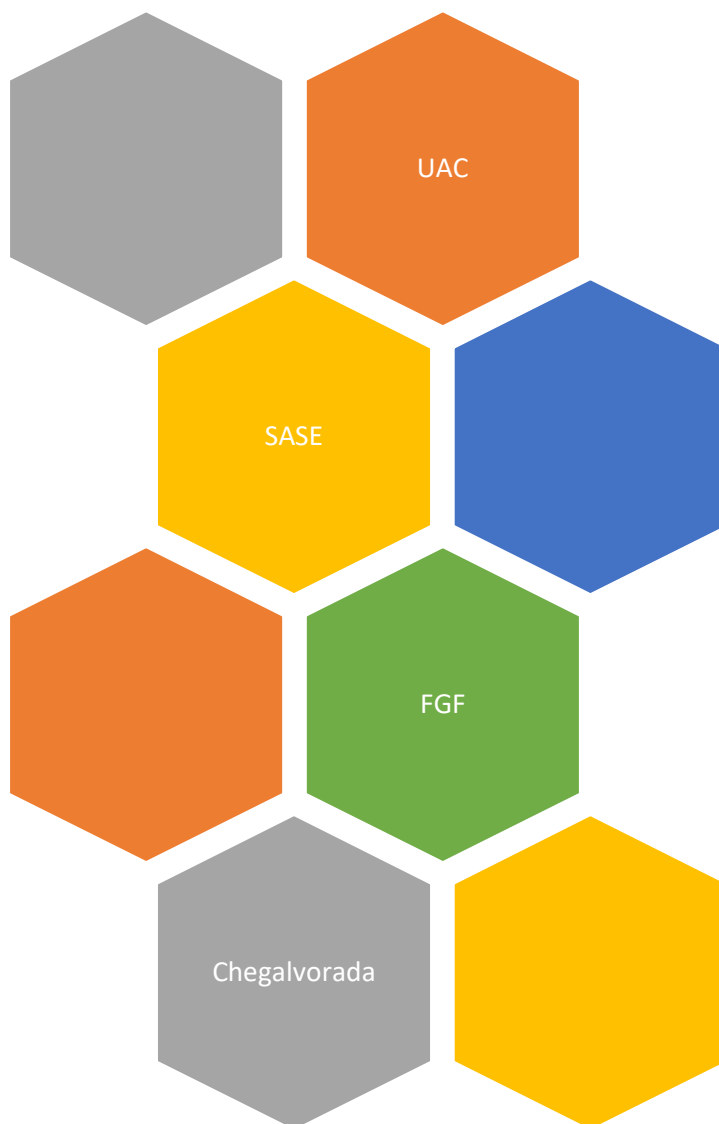




UAç
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS



ANO DE 2022



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Gestão da Universidade dos Açores submete à apreciação dos Senhores Membros do Conselho Geral o RELATÓRIO DE ATIVIDADES CONSOLIDADO, as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS e as DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS relativas ao exercício de 2022.



ÍNDICE GERAL

1. Introdução -----	6
2. Missão/Objetivos -----	7
3. O Grupo UAç em números -----	8
4. Atividade do Grupo UAç -----	11
4.1. Ensino -----	11
4.2. Formação complementar -----	13
4.3. Mobilidade -----	14
4.4. Comunicação, imagem e eventos -----	15
4.5. Ação social -----	17
4.6. Investigação, desenvolvimento e inovação -----	22
5. Demonstrações financeiras consolidadas -----	25
5.1. Balanço consolidado -----	25
5.2. Demonstração dos resultados consolidada -----	26
5.3. Demonstração consolidada das alterações no património líquido -----	27
5.4. Demonstração dos fluxos de caixa consolidada -----	28
5.5. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas -----	29
6. Demonstrações orçamentais consolidadas -----	63
6.1. Demonstração consolidada do desempenho orçamental – recebimentos -----	63
6.2. Demonstração consolidada do desempenho orçamental – despesas -----	64
6.3. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza – direitos -----	65
6.4. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza – obrigações -----	66
6.5. Anexo às demonstrações orçamentais consolidadas -----	67
7. Certificação legal das contas e relatório e parecer do fiscal único -----	72



ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – CONSTITUIÇÃO DO GRUPO UAC – 2022 -----	6
FIGURA 2 – O GRUPO UAC EM NÚMEROS – 2022 -----	8
FIGURA 3 – BALANÇO POR ENTIDADE – 2022 E 2021 -----	9
FIGURA 4 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS E INDICADORES POR ENTIDADE – 2022 E 2021 ---	9
FIGURA 5 – BALANÇO CONSOLIDADO – 2022 E 2021 -----	10
FIGURA 6 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E INDICAD. CONSOLIDADOS – 2022 E 2021 --	10
FIGURA 7 - NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS POR TIPO DE CURSO-----	11
FIGURA 8 – EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS MATRICULADOS PELA 1.ª VEZ NO 1.º CICLO -----	12
FIGURA 9 – EVOLUÇÃO DO N.º DE MOBILIDADES INCOMING, NO ÂMBITO DO PROGRAMA ERASMUS+, ENTRE 2013/2014 E 2020/2021 -----	14
FIGURA 10 – EVOLUÇÃO DO N.º DE MOBILIDADES OUTGOING, NO ÂMBITO DO PROGRAMA ERASMUS+, ENTRE 2013/2014 E 2020/2021 -----	15
FIGURA 11 – TOTAL DE EVENTOS INTERNOS POR TIPO/ÁREA -----	16
FIGURA 12 – TOTAL DE EVENTOS EXTERNOS-----	16
FIGURA 13 – RECEITAS DE ALOJAMENTO EM 2022 FACE A 2021 -----	19
FIGURA 14 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS NOS REFEITÓRIOS DOS CAMPI DE PDL E AH -----	19
FIGURA 15 - N.º DE CONSULTAS DE APOIO PSICOLÓGICO REALIZADAS ENTRE 2018 E 2022 EM PDL E AH -----	20
FIGURA 16 - N.º DE CONSULTAS DE APOIO MÉDICO REALIZADAS ENTRE 2018 E 2022 EM PDL E AH -----	21
FIGURA 17 - EVOLUÇÃO DO TOTAL DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE I&D POR ÁREA CIENTÍFICA -----	22
FIGURA 18 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE I&D POR ÁREA CIENTÍFICA -----	23
FIGURA 19 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DE CONTRATOS DE OUTRAS INICIATIVAS DE I&D POR ÁREA CIENTÍFICA -----	23
FIGURA 20 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA INUAC EM 2021 -----	24



ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - N.º DE CANDIDATURAS DE BOLSAS DE ESTUDO DEFERIDAS E INDEFERIDAS-----	17
TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO N.º DE BOLSAS DE ESTUDO INDEFERIDAS POR MOTIVOS -----	18
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO MONTANTE DE BOLSAS DE ESTUDO ATRIBUÍDAS -----	18



1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório pretende sumariar as principais atividades desenvolvidas em 2022 pelas Entidades que constituem o perímetro de consolidação da Universidade dos Açores (Grupo UAç), isto é, a Universidade dos Açores (UAç) enquanto Entidade-mãe (que inclui no seu âmbito as Unidades Orgânicas, a Reitoria e os seus Serviços) e um conjunto de Entidades Participadas pela UAç em relação às quais são cumpridos os critérios legais de inclusão no referido perímetro de consolidação:

- SASE – Serviços de Ação Social Escolar da UAç;
- Fundação Gaspar Frutuoso, FP (FGF);
- Chegalvorada – Produção, Exploração e Gestão Agrícola Unipessoal, Lda.

A estrutura do Grupo UAç apresenta-se como se segue na figura 1:

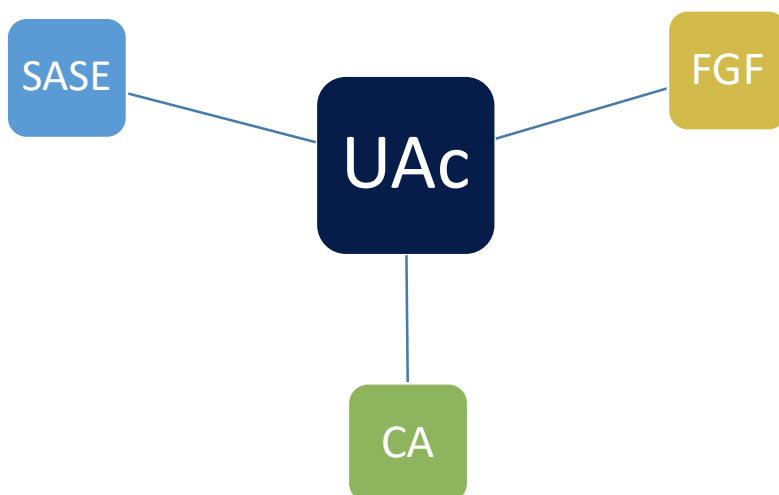


FIGURA 1 – CONSTITUIÇÃO DO GRUPO UAç – 2022

Cada uma das Entidades pertencentes ao Grupo UAç dispõe de órgãos de gestão próprios, que têm igualmente a obrigação legal de disponibilizar a respetiva informação individual.

O detalhe das contas individuais de 2022 de cada uma das Entidades consta dos respetivos Relatórios de Atividades e Contas de 2022.

O presente relatório reporta a atividade consolidada do Grupo UAç pelo que aqui serão efetuadas somente algumas menções com o propósito de fornecer uma perspetiva integrada.



2. MISSÃO/OBJETIVOS

As quatro Entidades que compõem o Grupo UAC possuem diferentes objetivos e missões, diversificando, assim, o leque de atividades desenvolvidas, bem como os serviços e produtos oferecidos pelo Grupo no seu todo.

UAc

- A Universidade dos Açores tem por missão criar e difundir cultura, conhecimento e tecnologia, no respeito pela liberdade de pensamento e na valorização do exercício crítico, contribuindo para a educação superior e para a construção de uma sociedade inspirada em valores humanistas, que promova o desenvolvimento sustentável e o bem-estar através do saber, da criatividade, da iniciativa e da cooperação.

Chegalvorada

- A Chegalvorada tem como objeto social a produção, exploração e gestão agrícola das estações experimentais da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente da Universidade dos Açores.

SASE

- Os Serviços de Ação Social Escolar da UAc têm como missão garantir que nenhum estudante é excluído do sistema de ensino superior por falta de capacidade financeira, apoiando o Estado no objetivo de favorecer o acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem-sucedida, com discriminação positiva dos estudantes economicamente carenciados e com adequado aproveitamento escolar.

FGF

- A Fundação Gaspar Frutuoso, no quadro de uma estreita colaboração com a UAc, tem como objetivo fomentar atividades de cariz científico, tecnológico, social, cultural, artístico, desportivo, económico e ambiental, entre outros, através da promoção e da participação em concursos, programas e projetos, assim como do desenvolvimento de ações de formação, consultoria e divulgação.



3. O GRUPO UAç EM NÚMEROS

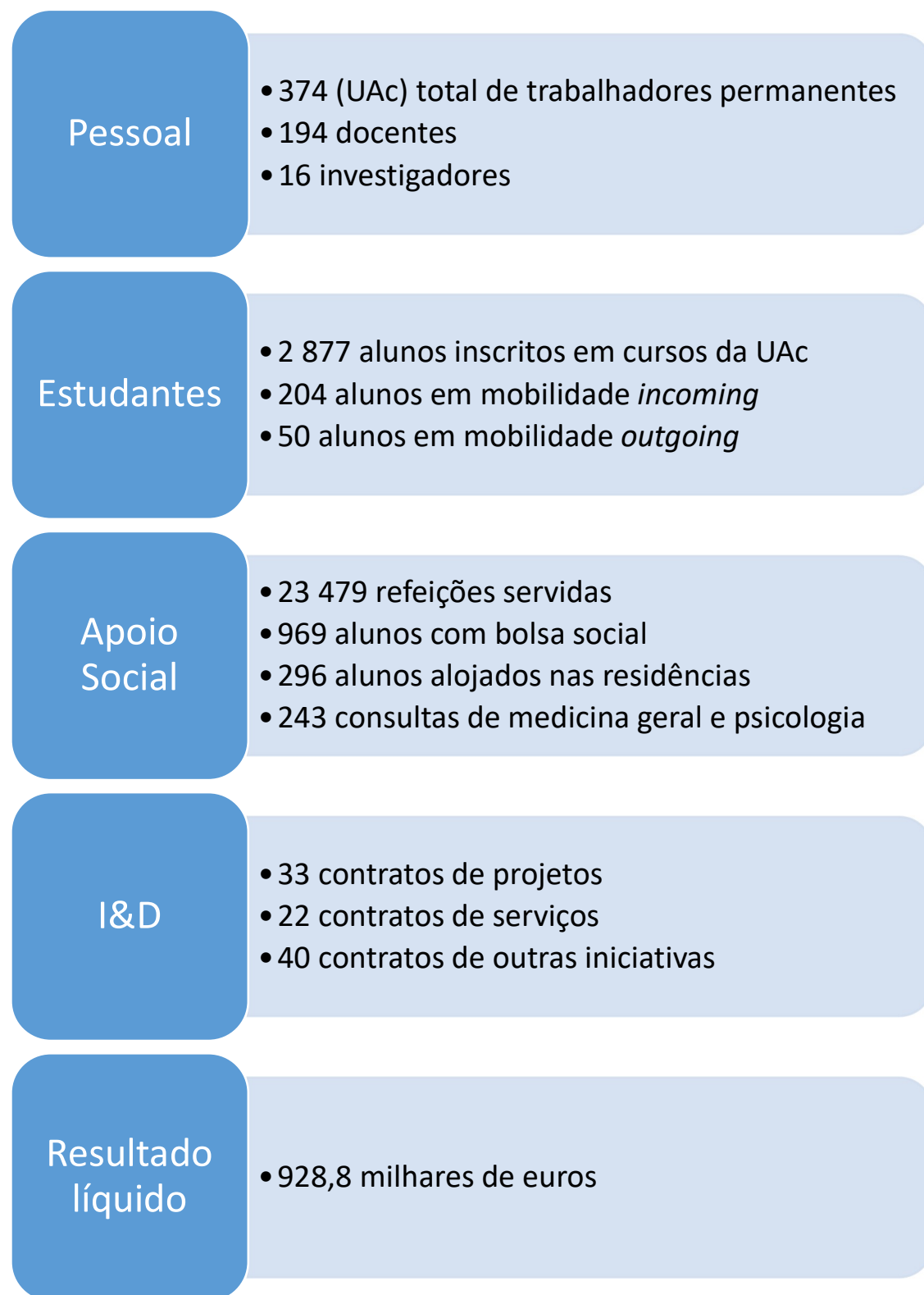


FIGURA 2 – O GRUPO UAç EM NÚMEROS – 2022



Da análise do Grupo UAç em alguns números destacados na figura anterior é possível verificar a interessante dimensão do grupo nas suas diversas áreas de atividade.

Nas figuras 3 e 4 apresenta-se o comparativo das demonstrações financeiras de cada uma das Entidades que integram o perímetro da UAç, bem como alguns indicadores.

(montantes em milhares de euros)	Contas individuais (entidades do perímetro de consolidação)							
	UAç		SASE		FGF		CA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo não corrente	45 738	45 718	12 694	12 816	804	945	59	47
Ativos fixos tangíveis	44 871	44 871	12 691	12 809	783	917	59	47
Ativos intangíveis	4	4	4	6	7	7	0	0
Participações financeiras	863	843	0	0	14	21	1	0
Ativo corrente	6 652	5 014	287	211	9 046	11 638	124	111
Inventários	86	103	8	7		1	19	25
Devedores por transferências e subsídios	30		0		5 003	7 286	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	1 728	1 729	2	11	399	190	46	14
Estado e outros entes públicos	0		0		0	0	9	6
Outras contas a receber	257	360	4	0	102	130	1	0
Diferimentos	43	34	7	9	3	0	0	0
Caixa e depósitos	4 508	2 788	266	183	3 539	4 030	48	66
Total do ativo	52 390	50 732	12 982	13 027	9 850	12 583	183	158
Património líquido	43 206	42 364	12 822	12 898	2 222	2 494	168	141
Passivo não corrente	1 443	1 424	0	0	0	0	1	1
Provisões	1 443	1 424	0	0		0		0
Outras contas a pagar	0	0	0	0		0	1	1
Passivo corrente	7 742	6 944	159	129	7 628	10 089	14	16
Fornecedores	62	75	8	3	17	29	5	8
Estado e outros entes públicos	5	5	5	0	42	48	5	4
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de investimentos	0	23	0	0	0	0	0	0
Outras contas a pagar	2 947	2 791	143	124	5 300	7 733	5	5
Diferimentos	4 727	4 050	3	2	2 269	2 279	0	0
Total património líquido e passivo	52 390	50 732	12 982	13 027	9 850	12 583	183	158
peso relativo	69%	66%	17%	17%	13%	16%	0%	0%

FIGURA 3 – BALANÇO POR ENTIDADE – 2022 E 2021

(montantes em milhares de euros)	Contas individuais (entidades do perímetro de consolidação)							
	UAç		SASE		FGF		CA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Impostos de taxas (propinas e taxas)	2 662,0	2 527,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Vendas e Prestações de serviços	322,8	224,2	611,4	355,8	1 630,5	1 565,9	172,8	146,2
Transferências correntes e sub. expl. obtidos	20 959,6	19 673,2	961,1	944,3	2 825,8	2 339,9	46,1	49,2
Custos das merc. Vend. e matérias consumidas	-39,9	-32,6	-159,4	-76,7	0,0	0,0	-77,9	-72,4
Fornecimentos e serviços externos	-1 986,8	-1 772,2	-543,1	-381,3	-2 443,5	-1 883,7	-71,8	-54,0
Gastos com pessoal	-20 528,4	-19 886,6	-776,3	-765,1	-1 746,0	-1 500,8	-34,4	-36,8
Transferências e subsídios concedidos	-463,6	-318,1	-1,7	-1,0	-306,5	-356,5	0,0	0,0
Imparidades (perdas/reversões)	-96,0	-147,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Provisões (aumentos/reduções)	-63,1	13,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros rendimentos e gastos	937,5	631,7	135,9	113,7	200,7	198,0	7,4	4,1
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros	1 704,0	912,5	228,0	189,6	161,1	362,7	42,2	36,3
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-920,9	-780,4	-167,3	-168,5	-303,9	-247,0	-12,3	-19,5
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	783,1	132,0	60,7	21,1	-142,7	115,8	29,9	16,8
Juros e rendimentos similares obtidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Juros e gastos similares suportados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Resultados antes de impostos	783,1	132,0	60,7	21,1	-142,7	115,8	29,9	16,8
Imposto sobre o rendimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-4,5	-2,1
Resultados líquido do período	783,1	132,0	60,7	21,1	-142,7	115,8	25,4	14,8
Indicadores económicos								
EBITDA (1)	1 863,1	1 046,8	228,0	189,6	161,1	362,7	42	36,3
Número de colaboradores em 31 de dezembro	491	450	31	31	16	15	2	2

(1) Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

O n.º de colaboradores
da FGF não inclui os
RH afetos a projetos.

FIGURA 4 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E INDICADORES POR ENTIDADE – 2022 E 2021



Resultante da aplicação do método de consolidação por simples agregação, no caso dos SASE, e do método de consolidação integral, nas restantes Entidades, as demonstrações financeiras consolidadas são as que se apresentam nas figuras 5 e 6.

(montantes em milhares de euros)	2022	2021	2022/21	
	UAc Consolidado	UAc Consolidado	Variação	Var. %
Ativo não corrente	58 546	58 777	-231	-0,4%
Ativos fixos tangíveis	58 403	58 644	-241	-0,4%
Ativos intangíveis	14	17	-3	-19,9%
Participações financeiras	129	116	14	11,7%
Ativo corrente	16 109	16 974	-865	-5,1%
Inventários	113	136	-22	-16,5%
Devedores por transferências e subsídios	5 033	7 286	-2 253	-30,9%
Clientes, contribuintes e utentes	2 175	1 945	230	11,8%
Estado e outros entes públicos	9	6	3	51,5%
Outras contas a receber	363	490	-127	-25,8%
Outros ativos financeiros	1	0		
Diferimentos	54	44	10	23,4%
Caixa e depósitos	8 361	7 068	1 293	18,3%
Total do ativo	74 656	75 751	-1 095	-1,4%
Património líquido	57 669	57 148	521	0,9%
Passivo não corrente	1 443	1 425	19	1,3%
Provisões	1 443	1 424	19	1,3%
Outras contas a pagar	1	1	0	
Passivo corrente	15 543	17 178	-1 635	-9,5%
Fornecedores	91	115	-23	-20,3%
Estado e outros entes públicos	57	57	1	0,9%
Fornecedores de investimentos	0	23	-23	-98,8%
Outras contas a pagar	8 395	10 653	-2 258	-21,2%
Diferimentos	6 999	6 331	668	10,6%
Total património líquido e passivo	74 656	75 751	-1 095	-1,4%

FIGURA 5 – BALANÇO CONSOLIDADO – 2022 E 2021

(montantes em milhares de euros)	2022	2021	2022/21	
	UAc Consolidado	UAc Consolidado	Variação	Var. %
Impostos de taxas (propinas e taxas)	2 662,0	2 526,1	135,9	5,4%
Vendas e Prestações de serviços	2 711,8	2 283,7	428,1	18,7%
Transferências correntes e sub. expl. obtidos	24 664,6	22 895,4	1 769,2	7,7%
Custos das merc. Vend. e matérias consumidas	-277,2	-181,7	-95,5	52,6%
Fornecimentos e serviços externos	-4 819,3	-4 082,8	-736,5	18,0%
Gastos com pessoal	-23 085,0	-22 189,2	-895,8	4,0%
Transferências e subsídios concedidos	-643,8	-563,4	-80,4	14,3%
Imparidades (perdas/reversões)	-96,0	-147,6	51,6	-35,0%
Provisões (aumentos/reduções)	-63,1	13,3	-76,4	-575,6%
Outros rendimentos e gastos	1 283,7	947,3	336,3	35,5%
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros	2 337,7	1 501,1	836,6	55,7%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 404,4	-1 215,3	-189,1	15,6%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	933,3	285,8	647,5	226,6%
Juros e gastos similares suportados	0,0	0,0	0,0	-81,3%
Resultados antes de impostos	933,3	285,8	647,5	226,6%
Imposto sobre o rendimento	-4,5	-2,1	-2,5	119,1%
Resultados líquidos do período	928,8	283,7	645,1	227,4%
Indicadores económicos				
EBITDA (1)	2 496,8	1 635,4	861,4	52,7%
Número de colaboradores em 31 de dezembro	540	498	42,0	8,4%

(1) Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

FIGURA 6 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E INDICADORES CONSOLIDADOS – 2022 E 2021



4. ATIVIDADE DO GRUPO UAç

4.1. ENSINO

No ano letivo que se encontra em curso e que se iniciou no ano a que o presente relatório se reporta, ou seja, ano letivo de 2022/2023, o número de alunos inscritos em cursos de 1.º ciclo representa 79,11% do total de estudantes da UAç (figura 7), os alunos inscritos em cursos de 2.º ciclo correspondem a 15,82%, os do 3.º ciclo a 3,23% e os alunos inscritos em pós-graduações correspondem a 0,35% do total dos estudantes. Os estudantes inscritos em cursos técnicos superiores profissionais correspondem a 1,49%. Neste ano letivo estão inscritos, nos vários ciclos de estudos, um total de 2.877 estudantes.

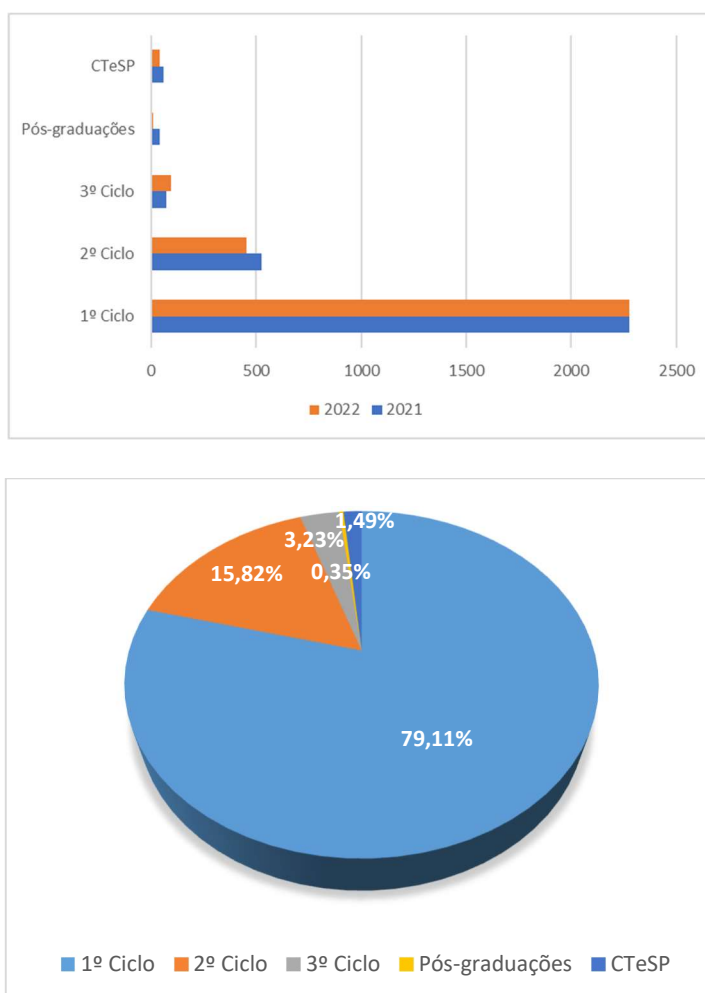


FIGURA 7 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS POR TIPO DE CURSO



No âmbito do CNA, o número de alunos matriculados pela primeira vez na UAç no ano letivo de 2022/2023 foi sensivelmente o mesmo do ano letivo anterior: registaram-se 581 matriculados, em oposição aos 584 do ano letivo anterior, representando um aumento de 10,5% relativamente à média de alunos matriculados entre 2014 e 2022. Se atendermos aos demais concursos de acesso a cursos de 1.º ciclo (concursos especiais, mudanças de curso, transferências, reingressos, estudante internacional), no ano letivo de 2022/2023 matricularam-se pela primeira vez 179 estudantes, o que reflete uma diminuição de 61 estudantes em relação ao ano letivo anterior e de 33 estudantes relativamente à média de alunos matriculados entre 2014 e 2022. De igual modo, no que respeita ao 2.º ciclo, houve uma diminuição dos novos alunos. Em 2022/2023, matricularam-se 253 novos alunos em mestrados e pós-graduações, em contraste com 319 novos alunos que se matricularam no ano letivo anterior.

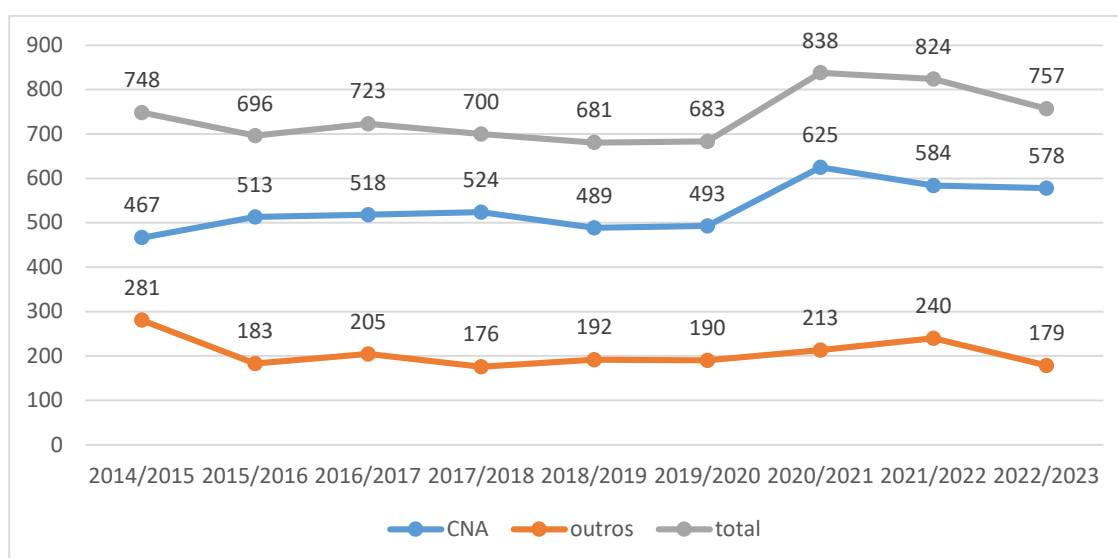


FIGURA 8 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS PELA PRIMEIRA VEZ NO 1.º CICLO

A Chegalvorada – Produção, Exploração e Gestão Agrícola, Unipessoal, Lda., continuou, em 2022, a apoiar os diversos cursos (aulas práticas) e projetos de investigação a decorrer na Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente da UAç, disponibilizando instalações, terrenos, máquinas e equipamentos agrícolas, animais *in vivo* e *post mortem* e diversos consumíveis.

Após a crise pandémica, seguiu-se a guerra na Ucrânia, com impacto significativo no aumento dos custos de produção (gasóleo, rações, adubos, veterinária, etc.).



4.2. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

A oferta de formação disponibilizada aos trabalhadores da UAç em 2022 contou com um conjunto de ações de formação internas, dinamizadas por docentes ou trabalhadores da instituição ou asseguradas por entidades contratadas para o efeito.

Considerando as necessidades e os interesses de formação identificados junto de serviços e unidades orgânicas, bem como o número de vagas disponíveis para cada uma das ações, foram oferecidas 100 ações, das quais 72 internas, quatro externas e 24 em regime de autoformação. Destas foram frequentadas 36 ações, com um total de 154 inscrições de entre os membros docentes e não docentes da comunidade académica, registando-se uma diminuição do número de participações.

Neste contexto, é importante salientar que, no início de 2021, a UAç passou a integrar a rede de Instituições que promovem as Jornadas Interinstitucionais de Desenvolvimento Pedagógico abertas a docentes do ensino superior com interesse no seu desenvolvimento profissional pedagógico. Estas Jornadas criam oportunidades de interação com especialistas nacionais e a partilha de experiências com colegas de outras instituições, através de um programa de formações pedagógicas, desenvolvidas inteiramente online, destinadas aos docentes das instituições participantes. Nas cinco edições realizadas nos últimos dois anos, foram disponibilizadas cerca de 140 ações de formação, tendo-se registado uma média de 25 participações de docentes da UAç, por cada edição, a acrescentar às que foram acima enumeradas.

Ao nível dos cursos livres, em 2021/2022 foram oferecidos 8 cursos livres de Português Língua Estrangeira, 6 no *campus* Ponta Delgada e 1 no *campus* de Angra do Heroísmo, e 1 de inglês no *campus* de Ponta Delgada. No total, frequentaram os cursos breves 197 formandos, entre estudantes em mobilidade e público externo à UAç. Adicionalmente, foram organizados 4 cursos de verão internacionais (um em cada *campus*), num total de 69 participantes.

Nos últimos anos letivos, o número de estudantes inscritos na Academia baixou relativamente ao histórico, facto que resulta em parte do período pandémico atravessado entre 2020 e 2021, no qual a formação começou por ser oferecida inteiramente na modalidade *online*, menos acessível e apelativa para este público, prosseguindo para um modelo misto. Em 2022/2023 as atividades presenciais retomaram em pleno, começando a observar-se uma ligeira retoma na inscrição de novos estudantes (55 estudantes).



As atividades da Academia Júnior, cujos principais objetivos se enquadram na promoção da participação dos jovens em atividades de natureza científica nas diversas áreas de conhecimento em que a UAç desenvolve ensino e investigação, bem como no reforço da interação entre a comunidade académica e a comunidade em geral, foram retomadas em 2022, após um período de dois anos de suspensão, decorrendo em Ponta Delgada e pela primeira vez, no *campus* da Horta.

No ano de 2022 foram oferecidos dois programas de ocupação em férias, que decorreram no mês de julho, o Programa “Exploradores” (destinado a estudantes do 3.º Ciclo do Ensino Básico) e o Programa “Cientistas” (destinados a estudantes do Ensino Secundário). O primeiro funcionou em Ponta Delgada e teve a duração de duas semanas. O segundo, que foi oferecido nos três *campi* da UAç, em áreas científicas distintas, sofreu uma alteração na sua metodologia de funcionamento, passando a assumir-se como um estágio de investigação com a duração de um mês (80 horas no total). Registaram-se três estágios no *campus* da Horta e um estágio no *campus* de Ponta Delgada.

4.3. MOBILIDADE

No âmbito do programa Erasmus+, o programa de mobilidade com maior expressão na UAç, a figura 9 representa a evolução das mobilidades *incoming* desde 2015/2016.

O ano letivo de 2021/2022 representou uma significativa retoma das atividades de mobilidade, em particular ao nível das mobilidades *incoming* de estudantes, cujo valor superou mesmo o valor mais alto antes registado. No contexto ERASMUS+, a UAç registou uma maior concretização de mobilidades de estudantes provindos de instituições de ensino superior espanholas, francesas, italianas e turcas.

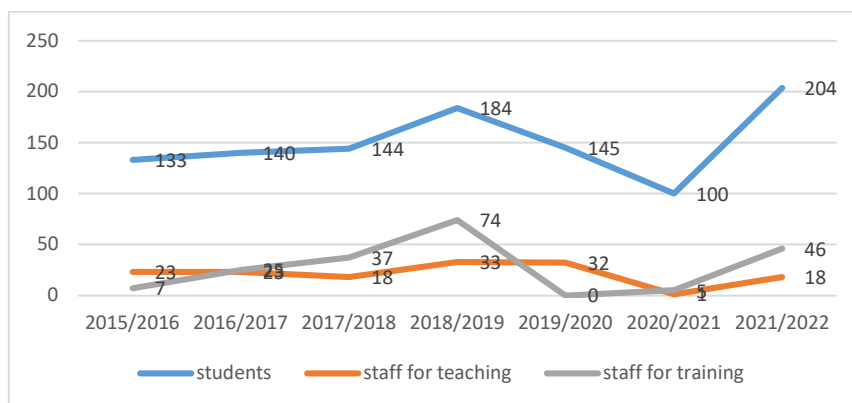


FIGURA 9 – EVOLUÇÃO DO N.º DE MOBILIDADES *INCOMING* NO ÂMBITO DO PROGRAMA ERASMUS+ ENTRE 2013/2014 E 2021/2022



No que respeita às mobilidades *outgoing* (figura 10), o ano de 2021/2022 representou um acréscimo de cerca do dobro das mobilidades Erasmus+ *outgoing* ocorridas no ano letivo anterior, ficando, no entanto, um pouco abaixo dos valores médios anteriores a 2019. Ao nível *outgoing*, as preferências dos estudantes da UAç recaíram sobre instituições de ensino superior polacas e italianas. No que respeita às mobilidades *outgoing* de staff, tendencialmente baixas pelo reduzido número de bolsas Erasmus+ disponíveis, os resultados de 2021/2022 refletem uma retoma da atividade.

No âmbito dos programas de mobilidade nacional de estudantes Almeida Garrett (Ensino Universitário) e Vasco da Gama (Ensino Politécnico), o registo de mobilidades subiu ligeiramente, mantém-se residual, o que se deverá em parte ao facto de estas não compreenderem bolsas de estudo. As mobilidades *outgoing* de estudantes no âmbito do programa Almeida Garrett decorrem sobretudo no âmbito dos cursos preparatórios, cujos estudantes antecipam a ida para a Universidade parceira através da mobilidade. Adicionalmente, em 2021/2022 foi retomado o programa *Bridging the Atlantic*.

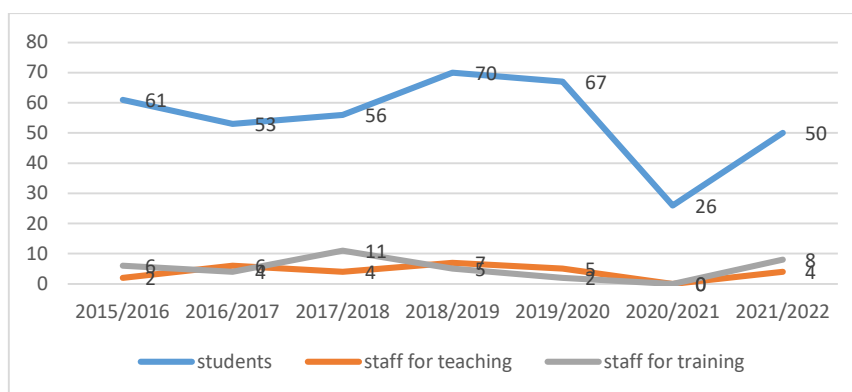


FIGURA 10 – EVOLUÇÃO DO N.º DE MOBILIDADES *OUTGOING* NO ÂMBITO DO PROGRAMA ERASMUS+ ENTRE 2015/2016 E 2021/2022

4.4. COMUNICAÇÃO, IMAGEM E EVENTOS

O número de eventos organizados na UAç por estruturas internas e membros da comunidade académica apresentou um crescimento substancial em 2022 relativamente a 2021, aproximando-se já do número de eventos registados antes da pandemia, com especial incidência nas áreas das Ciências Tecnológicas, da Terra e da Vida, das Ciências Sociais e Humanas, assim como eventos de natureza sociocultural e recreativa e eventos institucionais (estes últimos superando os valores pré-pandemia).



Tal como sucedeu ao nível interno, o número de eventos organizados na UAç por entidades externas também cresceu claramente em 2022, ficando muito acima do histórico, pelas mesmas razões que afetaram a evolução do número de eventos internos. Esta circunstância poderá dever-se, por um lado, à política de abertura da UAç à comunidade (nos seus três campi), mas também à reafecção à organização de eventos de alguns espaços entretanto reservados para aulas durante o período pandémico.

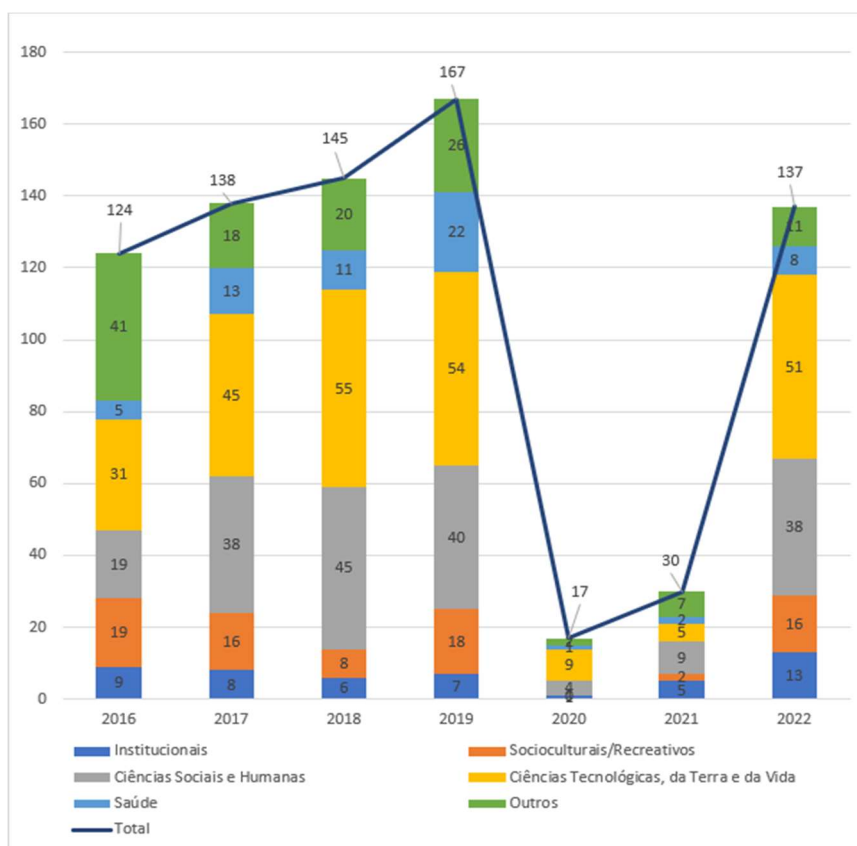


FIGURA 11 – Total de Eventos Internos por Tipo/Área

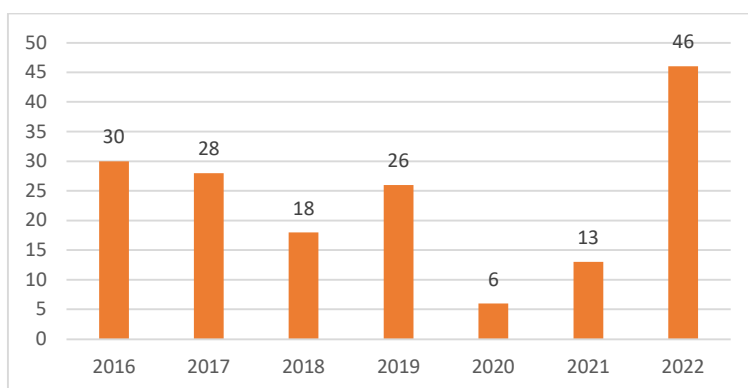


FIGURA 12 – TOTAL DE EVENTOS EXTERNOS



4.5. Ação Social

A componente de Ação Social é gerida pelos Serviços de Ação Social Escolar (SASE) da Universidade dos Açores, que incluem os setores administrativo e financeiro, recursos humanos e expediente, alimentação, aprovisionamento e património e também o gabinete de apoio ao aluno que é constituído pelos setores de bolsas de estudo, alojamento e saúde.

No âmbito do sistema de ação social escolar, os estudantes economicamente carenciados podem beneficiar de apoios diretos, como bolsas de estudo, sustentadas integralmente a fundo perdido, através da Direção Geral do Ensino Superior (DGES), contribuindo assim para subsidiar as despesas relacionadas com as propinas, alojamento, alimentação, transporte e material escolar dos estudantes.

Durante o ano letivo de 2021/2022, candidataram-se a bolsas de estudo 1184 estudantes, tendo sido deferidas 969 bolsas, o que representa uma taxa de aprovação de 81,8%, tal como se verifica na Tabela 1.

Ano letivo	Número de Candidaturas Submetidas	Número de Bolsas Deferidas	%	Bolsas Indeferidas	%
2017/2018	1 085	903	83,2%	182	16,8%
2018/2019	1 130	929	82,2%	201	17,8%
2019/2020	1 106	908	82,1%	198	17,9%
2020/2021	1 176	994	84,5%	182	15,5%
2021/2022	1 184	969	81,8%	215	18,2%

TABELA 1 - N.º DE CANDIDATURAS DE BOLSAS DE ESTUDO DEFERIDAS E INDEFERIDAS

Conforme é visível na Tabela 2, das 215 bolsas indeferidas verifica-se que 103 (47,9%) foram rejeitadas devido ao nível adequado de recursos financeiros do agregado familiar do candidato e 73 por falta de aproveitamento escolar e instrução incompleta (34,0%).



Ano letivo	Total candidaturas indeferidas	Nível adequado de recursos financeiros do agregado familiar	Instrução incompleta	Sem aproveitamento escolar	Outros
2017/2018	182	97	26	26	33
2018/2019	201	104	32	31	34
2019/2020	198	113	31	31	23
2020/2021	182	99	28	16	39
2021/2022	215	103	38	35	39

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO N.º DE BOLSAS DE ESTUDO INDEFERIDAS POR MOTIVOS

Relativamente à evolução do número de estudantes inscritos na UAç, constata-se uma diminuição do número de beneficiários de bolsas de estudo da Direção Geral do Ensino Superior (DGES) no ano letivo de 2021/2022.

No que respeita ao número de estudantes bolseiros que frequentam a UAç, conclui-se que 84,8% (806 estudantes) frequentam cursos no *campus* de Ponta Delgada e 15,2% (145 estudantes) no *campus* de Angra do Heroísmo.

É ainda de salientar que, no ano letivo 2021/2022, o valor médio da bolsa anual por estudante foi de 1.489,45 euros com complementos e de 1.393,79 euros sem complementos (Tabela 3).

Ano letivo	Total de Bolsas Deferidas - Sem Complementos	Total de Bolsas Deferidas - Com Complementos	N.º de Estudantes Bolseiros	Bolsa Média Sem Complementos	Bolsa Média Com Complementos
2017/2018	1 651 527,24 €	1 695 885,58 €	903	1 855,64 €	1 931,85 €
2018/2019	1 621 899,66 €	1 685 401,01 €	929	1 788,23 €	1 901,11 €
2019/2020	1 398 852,00 €	1 465 537,02 €	908	1 557,74 €	1 648,70 €
2020/2021	1 426 185,00 €	1 506 899,63 €	994	1 214,36 €	1 305,42 €
2021/2022	1 342 221,70 €	1 355 341,10 €	969	1 393,79 €	1 489,45 €

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO MONTANTE DE BOLSAS DE ESTUDO ATRIBUÍDAS

Os SASE dispõem de três residências universitárias distribuídas pelos três polos: Residência Universitária das Laranjeiras (São Miguel), Residência Universitária do Morrão (Angra do Heroísmo) e Casas da Horta (Faial).

Nas residências universitárias encontravam-se alojados, no ano letivo 2021/2022, um total de 296 estudantes da UAç, o que representa 8,2% do número de estudantes inscritos nesta instituição.



No ano letivo 2021/2022, as residências universitárias retomaram o seu normal funcionamento face a 2020/2021, verificando-se um acréscimo da taxa de ocupação de 60,8% para 65,7% na Residência Universitária das Laranjeiras; de 55,1% para 60,0% na Residência Universitária do Morrão e de 22,0% para 49,9% nas Casas da Horta. Esta melhoria surgiu da atenuação da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 e da possibilidade de os serviços voltarem a disponibilizar quartos individuais e duplos.

Em paralelo, verifica-se que as receitas provenientes do alojamento em 2022 aumentaram 88.627 euros face a 2021 (Figura 13).

Total	Receita	Δ €	Δ %
2022	321 664,31 €	88 627,28 €	38,03%
2021	233 037,03 €		

FIGURA 13 – RECEITAS DE ALOJAMENTO EM 2022 FACE A 2021

Durante o ano de 2022, encontrava-se a funcionar um refeitório e um bar no *campus* universitário de Ponta Delgada e um refeitório e um bar no *campus* de Angra do Heroísmo.

Face a 2021, realça-se um aumento de 101,6% e 116,9% no número de refeições servidas nos refeitórios de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, respetivamente (Figura 14). Em novembro o número de refeições servidas atingiu o seu pico máximo em Ponta Delgada, enquanto em Angra do Heroísmo o mês com maior afluência foi o de outubro.

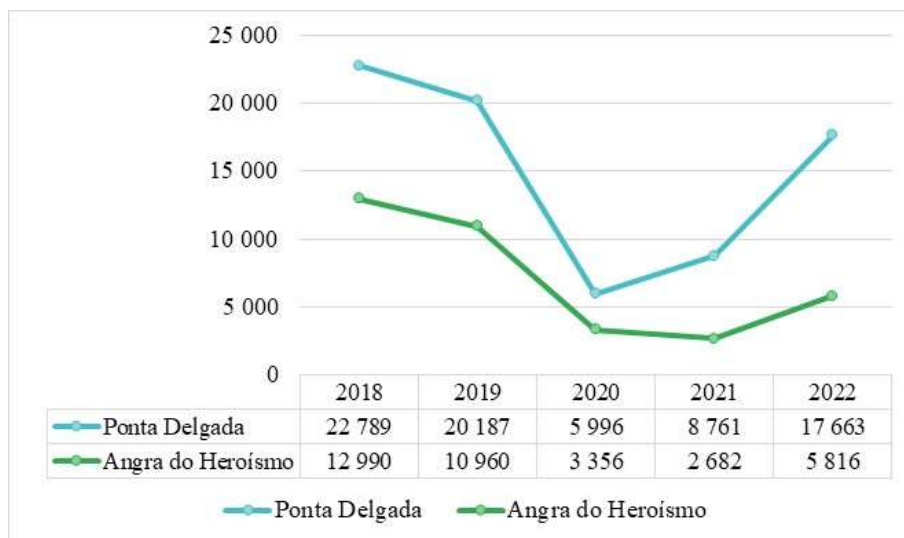


FIGURA 14 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS NOS REFEITÓRIOS DOS CAMPUS DE PDL E AH



Em ambos os *campi*, destaca-se a receita proveniente do bar como a maior fonte de rendimento do setor de alimentação, que totalizou em 2022 o montante de 269.200,45 euros.

O setor de saúde é parte integrante do gabinete de apoio ao aluno, cujo objetivo passa por proporcionar aos estudantes o acesso a serviços de apoio médico e de atendimento psicológico nos domínios da orientação vocacional escolar e apoio psicopedagógico.

O apoio psicológico aos estudantes em 2022 decorreu nos *campi* universitários de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada e tem sido garantido por duas psicólogas contratadas para o efeito em regime de avença.

A crescente procura deste serviço por parte dos estudantes está associado às dificuldades no plano relacional/afetivo, perturbações de ansiedade, perturbações de humor, perturbações de sono, dificuldade de adaptação à vida académica e perturbações relacionadas com fatores de *stress* e trauma.

No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2022, foram realizadas 105 consultas de psicologia clínica em Ponta Delgada e 40 consultas em Angra do Heroísmo (Figura 15).

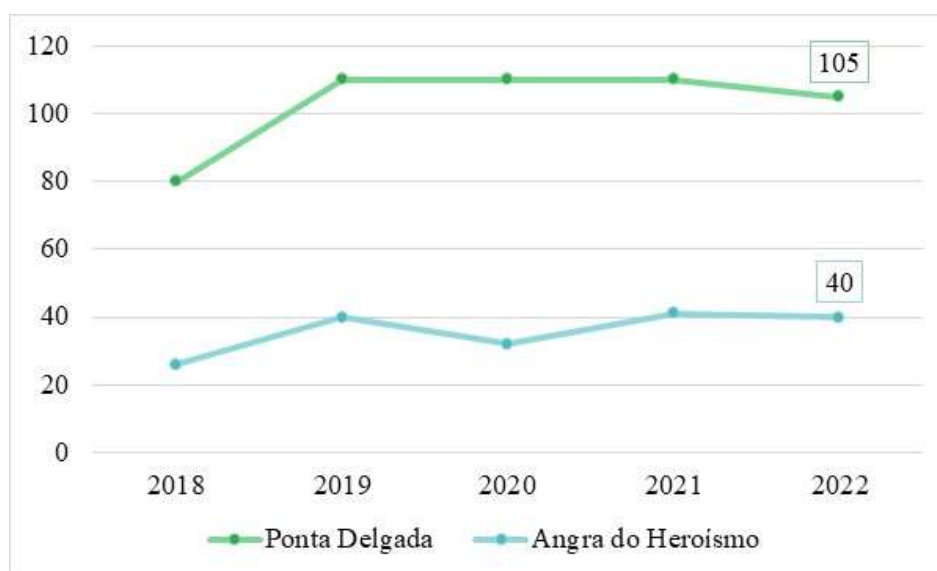


FIGURA 15 - N.º DE CONSULTAS DE APOIO PSICOLÓGICO REALIZADAS ENTRE 2018 E 2022 EM PDL E AH

Até ao final do ano de 2022, existiam 28 estudantes em lista de espera no *campus* de Ponta Delgada. De forma a dar resposta a estes estudantes, os SASE criaram uma parceria com o



Centro de Desenvolvimento Infanto-Juvenil (CDIJA), no âmbito do Decreto Regulamentar n.º 3/2016, de 23 de agosto, do Instituto de Segurança Social.

É ainda de salientar que, para além do encaminhamento terapêutico, foram desenvolvidas atividades psicopedagógicas e de sensibilização na Residência Universitária das Laranjeiras pelos profissionais do CDIJA.

Em relação ao serviço de apoio médico geral, este é assegurado também por dois médicos de medicina geral, um em Ponta Delgada e um em Angra do Heroísmo, igualmente contratados em regime de avença.

No total realizaram-se 82 consultas de medicina geral em Ponta Delgada e 16 em Angra do Heroísmo, conforme visível na Figura 16.

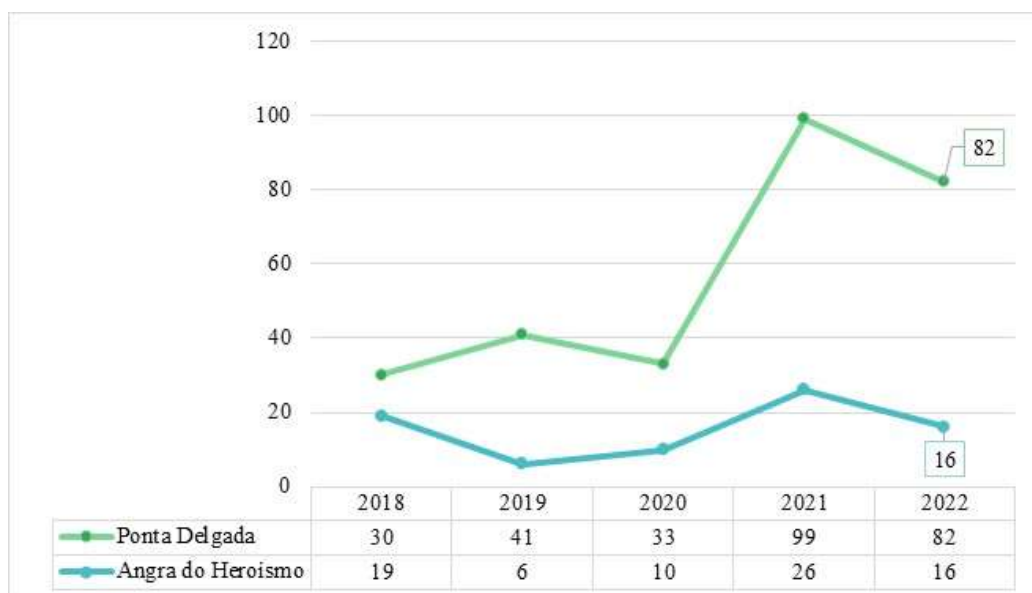


FIGURA 16 - N.º DE CONSULTAS DE APOIO MÉDICO REALIZADAS ENTRE 2018 E 2022 EM PDL E AH



4.6. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

A UAç tem 12 estruturas de investigação científica dedicadas à investigação e desenvolvimento tecnológico, assim como ao apoio do ensino, incluindo institutos, centros e núcleos especializados de I&D.

Em resultado do último processo de avaliação das Unidades de I&D do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), promovido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), o número de unidades de I&D da UAç acreditadas no SCTN é atualmente de 9.

Comparando com o processo de avaliação anterior, a classificação dos centros foi globalmente superior, com 4 unidades de I&D a alcançar “Excelente”, 3 “Muito Bom” e 2 “Bom”.

Atualmente os projetos, os serviços e outras iniciativas de ID&I têm como entidades de gestão a UAç ou a FGF consoante as especificidades dos programas de financiamento e as tipologias das despesas previstas. Considerando estas duas entidades, no ano de 2022 verificou-se um total de 33 propostas de projetos de ID&I aprovadas nas diversas áreas científicas, registando-se um aumento de 34% em relação ao ano anterior. Registou-se também o segundo valor mais alto dos últimos anos na área das Ciências Sociais e Humanas. Deve salientar-se que a nível regional terminou o PO Açores 2020 e ainda não se encontra ativo o PO Açores 2030. Neste contexto, o ano 2022 revela muito bons indicadores no que respeita à captação de verbas por via dos projetos.

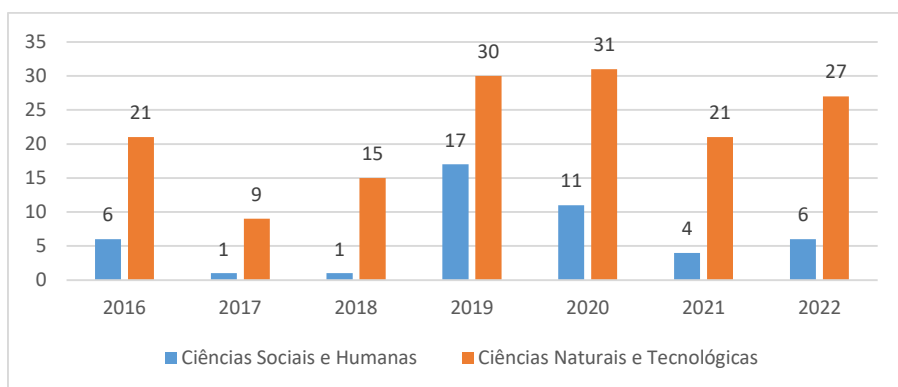


FIGURA 17 - EVOLUÇÃO DO TOTAL DE CONTRATOS DE PROJETOS DE I&D POR ÁREA CIENTÍFICA

Globalmente, e independentemente da área científica, realça-se a execução dos contratos celebrados com a FCT, relativos ao programa de financiamento plurianual das unidades de I&D em resultado da avaliação. É igualmente de sublinhar o número crescente de candidaturas submetidas e aprovadas no âmbito de programas de financiamento de I&D europeus, entre os quais os projetos do Programa Erasmus K2.



Quanto aos Serviços de I&D verifica-se uma relativa estabilidade no que se refere ao número de contratos celebrados, dominando as áreas das Ciências Naturais e Tecnológicas. Em qualquer das áreas científicas releva o financiamento de entidades regionais, importando referir que o volume financeiro de serviços contratados em 2022 foi o maior de sempre, de forma destacada, fruto da contratualização de uma prestação de serviços com o Governo Regional num montante superior a 2 milhões de euros, cuja gestão financeira está a cargo da FGF e, como tal, não releva para o balanço da UAç apresentado na parte II deste relatório.

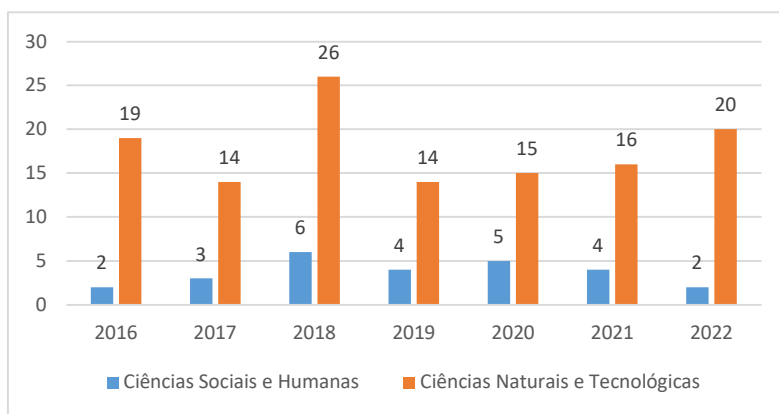


FIGURA 18 - EVOLUÇÃO DO TOTAL DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE I&D POR ÁREA CIENTÍFICA

No item relativo a outras Iniciativas de I&D incluem-se, designadamente, o financiamento de atividades relacionadas com a organização de eventos científicos, a participação em congressos e reuniões científicas e o apoio a publicações científicas. Em 2022 verificou-se um aumento no número de iniciativas financiadas na área das Ciências Naturais e Tecnológicas, embora ainda em níveis inferiores aos registados no período pré-pandémico, tendo as que se concretizaram sido patrocinadas por programas regionais e europeus.

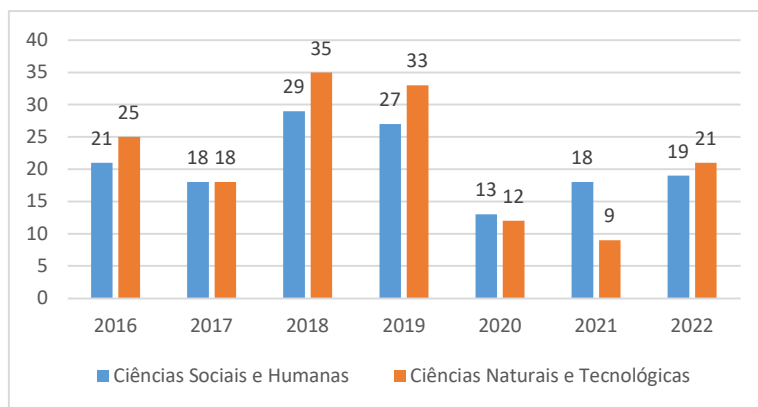


FIGURA 19 - EVOLUÇÃO DO TOTAL DE CONTRATOS DE OUTRAS INICIATIVAS DE I&D POR ÁREA CIENTÍFICA



A InUAc – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Universidade dos Açores continuou, neste segundo ano de atividades, a marcar presença de forma assídua nas plataformas digitais e redes sociais e incrementou a sua atividade, designadamente estabelecendo mais de vinte parcerias, integrando duas redes de incubação, envolvendo mais de 35 mentores, organizando quatro eventos, aumentando em 11 o número de incubados desde 2021 e realizando mais de 20 mentorias. De forma global, as atividades da InUAc envolveram mais de 650 participantes e realizaram-se mais de 80 reuniões com diversos *stakeholders*.

Ainda no final de 2022, foram dados os primeiros passos para a criação do futuro gabinete de transferência de conhecimento da InUAc, através da realização de reuniões com especialistas nacionais e internacionais nesta matéria, assim como de atividades de benchmarking com o objetivo de identificar as boas práticas nesta matéria.



Figura 20 - Atividades desenvolvidas pela InUAc em 2022



5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

5.1. BALANÇO CONSOLIDADO

Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	58 403 382,74	58 644 193,77
Ativos intangíveis	3	13 767,14	17 197,02
Participações financeiras	18 (a)	129 284,08	115 760,62
		58 546 433,96	58 777 151,41
Ativo corrente			
Inventários	10	113 224,33	135 549,47
Devedores por transferências e subsídios	18 (b)	5 033 055,59	7 286 022,78
Clientes, contribuintes e utentes	18 (c)	2 175 241,40	1 945 212,82
Estado e outros entes públicos	23 (a)	8 761,01	5 783,80
Outras contas a receber	18 (d)	363 382,02	489 952,86
Diferimentos	23 (b)	53 818,15	43 601,40
Outros ativos financeiros		832,00	39,36
Caixa e depósitos	1	8 360 908,64	7 067 764,56
		16 109 223,14	16 973 927,05
Total do Ativo		74 655 657,10	75 751 078,46
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património		7 149 701,61	7 149 701,61
Resultados transitados		(6 520 668,88)	(6 602 028,55)
Outras variações no Património Líquido		56 111 267,53	56 317 044,20
Resultado líquido do período		928 764,93	283 693,18
Interesses que não controlam		-	-
Total do Património Líquido	18 (f)	57 669 065,19	57 148 410,44
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 442 710,90	1 424 014,29
Outras contas a pagar		658,39	500,00
		1 443 369,29	1 424 514,29
Passivo corrente			
Fornecedores	18 (e)	91 369,83	114 686,16
Estado e outros entes públicos	23 (a)	57 159,24	56 641,72
Fornecedores de investimentos	18 (e)	282,90	23 130,59
Outras contas a pagar	18 (e)	8 395 035,82	10 652 708,90
Diferimentos	23 (b)	6 999 374,83	6 330 986,36
		15 543 222,62	17 178 153,73
Total do Passivo		16 986 591,91	18 602 668,02
Total do Património Líquido e Passivo		74 655 657,10	75 751 078,46



5.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA

Demonstração dos resultados consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
	Notas	2022	2021
Impostos e taxas	14	2 662 013,90	2 526 149,00
Vendas	13	455 228,70	280 573,72
Prestações de serviços	13	2 256 606,37	2 003 119,62
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	24 664 627,59	22 895 388,02
Variações nos inventários da produção	10	14 050,00	9 320,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(291 244,45)	(190 997,65)
Fornecimentos e serviços externos	23 (c)	(4 819 318,52)	(4 082 819,53)
Gastos com pessoal	23 (d)	(23 085 040,45)	(22 189 223,97)
Transferências e subsídios concedidos	23 (e)	(643 802,58)	(563 425,09)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18 (c)	(115 953,21)	(147 599,51)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(63 143,11)	13 277,29
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	18 (a)	20 000,00	-
Outros rendimentos e ganhos	13	1 420 171,39	1 049 883,07
Outros gastos e perdas	23 (f)	(136 511,18)	(102 554,34)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		2 337 684,45	1 501 090,63
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5	(1 404 394,86)	(1 215 330,94)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		933 289,59	285 759,69
Juros e gastos similares suportados	23 (g)	(0,20)	(1,07)
Resultado antes de impostos		933 289,39	285 758,62
Imposto sobre o rendimento	23 (a)	(4 524,46)	(2 065,44)
Resultado líquido do período		928 764,93	283 693,18
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		928 764,93	283 693,18
Interesses que não controlam		-	-
		928 764,93	283 693,18



5.3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Demonstração consolidada das alterações no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021								
DESCRIÇÃO	Notas							
		Patrimônio realizado	Resultados transitados	Outras variações no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total
A 1 de janeiro de 2021								
		7 149 701,61	(6 918 515,30)	56 468 145,33	316 486,75	57 015 818,39	-	57 015 818,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do resultado líquido de 2020		-	316 486,75	-	(316 486,75)	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		-		(151 101,13)	-	(151 101,13)	-	(151 101,13)
		-	316 486,75	(151 101,13)	(316 486,75)	(151 101,13)	-	(151 101,13)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					283 693,18	283 693,18	-	283 693,18
RESULTADO INTEGRAL					283 693,18	283 693,18	-	283 693,18
A 31 de dezembro de 2021								
18 (f)		7 149 701,61	(6 602 028,55)	56 317 044,20	283 693,18	57 148 410,44	-	57 148 410,44
A 1 de janeiro de 2022								
		7 149 701,61	(6 602 028,55)	56 317 044,20	283 693,18	57 148 410,44	-	57 148 410,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do resultado líquido de 2021		-	283 693,18	-	(283 693,18)	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		-	(202 333,51)	(205 776,67)	-	(408 110,18)	-	(408 110,18)
		-	81 359,67	(205 776,67)	(283 693,18)	(408 110,18)	-	(408 110,18)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					928 764,93	928 764,93	-	928 764,93
RESULTADO INTEGRAL					928 764,93	928 764,93	-	928 764,93
A 31 de dezembro de 2022								
18 (f)		7 149 701,61	(6 520 668,88)	56 111 267,53	928 764,93	57 669 065,19	-	57 669 065,19



5.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2 047 432,71	2 096 957,86
Recebimentos de utentes		3 252 239,16	2 740 867,06
Pagamentos a fornecedores		(5 136 667,40)	(4 225 290,05)
Pagamentos ao pessoal		(23 056 345,60)	(22 352 630,01)
Caixa gerada pelas operações		(22 893 341,13)	(21 740 095,14)
Outros recebimentos/pagamentos		24 717 020,97	22 829 810,93
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		1 823 679,84	1 089 715,79
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1 180 215,72)	(969 854,59)
Ativos intangíveis		(5 938,10)	(760,11)
Investimentos financeiros			(7 835,54)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3 891,34	-
Subsídios ao investimento		646 367,16	349 544,25
Investimentos financeiros		5 359,56	6 384,30
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		(530 535,76)	(622 521,69)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes		1 293 144,08	467 194,10
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 067 764,56	6 600 570,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	8 360 908,64	7 067 764,56
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 067 764,56	6 600 570,46
Equivalentes a caixa no início do período		7 067 764,56	6 600 570,46
Exclusões no perímetro de consolidação orçamental no início do período		(66 449,03)	(30 817,51)
Saldo da gerência anterior		7 001 315,53	6 569 752,95
De execução orçamental		6 650 256,93	6 143 452,61
De operações de tesouraria		351 058,60	426 300,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8 360 908,64	7 067 764,56
Equivalentes a caixa no fim do período		8 360 908,64	7 067 764,56
Exclusões no perímetro de consolidação orçamental no fim do período		(48 328,61)	(66 449,03)
Saldo para a gerência seguinte		8 312 580,03	7 001 315,53
De execução orçamental		7 803 363,40	6 650 256,93
De operações de tesouraria		509 216,63	351 058,60



5.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA 1 - Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da Entidade que controla

- a) Designação da Entidade: UAç - Universidade dos Açores.

Contribuinte: 512017050.

- b) Endereço: Rua da Mãe de Deus, 9501-321 Ponta Delgada.

- c) Classificação orgânica: 111050200 – Funcionamento.

118050200 – Plano.

- d) Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

- e) Constituição, principal legislação aplicável e organização:

A Entidade foi fundada em 9 de janeiro de 1976 e é uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira e disciplinar, dedicada à produção e à transmissão de conhecimento, através do ensino, da investigação, da difusão cultural, da prestação de serviços, nas áreas das humanidades, das artes, das ciências e das tecnologias, nas vertentes universitária e politécnica.

A Entidade rege-se pelo disposto nos Estatutos da Universidade dos Açores, homologados pelo Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho, publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 154, de 11 de agosto, alterados pelo Despacho Normativo n.º 11/2017, de 3 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 163, de 24 de agosto e pelo Despacho Normativo n.º 8/2022, de 22 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 106 de 1 de junho de 2022, e pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

São órgãos de governo da Entidade:

- O Conselho Geral;
- O Reitor;
- O Conselho de Gestão.

São órgãos de coordenação da Entidade:



- Subsistema universitário:
 - Conselhos Científicos;
 - Conselhos Pedagógicos.
- Subsistema politécnico:
 - Conselho Técnico-Científico;
 - Conselho Pedagógico.

É órgão de consulta do Reitor o Senado.

Em 31 de Dezembro de 2022, o Conselho de Gestão era constituído por:

- Reitora (Presidente): Susana da Conceição Miranda Silva Mira Leal;
- Vice-Reitor (Vogal): Francisco Cipriano da Cunha Martins;
- Administradora (Vogal): Cíntia Ricardo Reis Machado;
- Vice-Reitora (Vogal): Suzana Nunes Caldeira;
- Vice-Reitor (Vogal): Artur José Freire Gil.

A Entidade é empresa-mãe controladora final, pelo que as presentes demonstrações financeiras consolidadas não são consolidadas em outra entidade.

Em conformidade com o previsto na NCP 22 – Demonstrações financeiras consolidadas, não foram excluídas do processo de consolidação, quaisquer entidades em que se verifiquem as condições de controlo.

As Entidades controladas incluídas na consolidação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são:

Entidade	Sede	% Detida	Método consolidação
SASE - Serviços de Acção Social Escolar da Universidade dos Açores	Ponta Delgada	100,00%	Simple agregação
Fundação Gaspar Frutuoso, FP	Ponta Delgada	100,00%	Integral
Chegalvorada - Produção, Exploração e Gestão Agrícola Unipessoal Lda	Angra do Heroísmo	100,00%	Integral



SASE – Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores

Os Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores, adiante designados como SASE, têm sede no campus Universitário de Ponta Delgada. São uma pessoa coletiva de direito público que goza de autonomia administrativa e financeira, nos termos da lei, dos Estatutos da Universidade dos Açores (UAç) e de acordo com o Regulamento de Funcionamento dos Serviços, Despacho 13006/2015, publicado no Diário da República – 2.ª Serie n.º 224 - 16 de novembro de 2015.

Os SASE desenvolvem a sua atividade nas áreas da atribuição de bolsas de estudo, de alojamento, da alimentação, do desporto, da cultura e do apoio médico. Os SASE são constituídos por três grandes sectores localizados nos campi de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada, com dependência direta do Diretor Executivo.

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

A Fundação Gaspar Frutuoso, FP, é uma Fundação Pública de Direito Privado, sita no campus Universitário de Ponta Delgada com o contribuinte 512 058 407, é dotada de personalidade jurídica, órgãos e património próprios e de autonomia administrativa e financeira, que se rege pelos seus estatutos regulamentos internos, lei-quadro das fundações e demais legislação aplicável, conforme artigo I dos mesmos publicados em Diário da República, 2.ª série, n.º 191/2015.

Foi constituída por escritura a 4 de março de 1999 e tem por fim, no quadro de uma estreita colaboração com a Universidade dos Açores (UAç), fomentar atividades de cariz científico, tecnológico, social, cultural, artístico, desportivo, económico e ambiental, entre outros, através da promoção e da participação em concursos, programas e projetos, assim como do desenvolvimento de ações de formação, consultoria e divulgação.

Chegalvorada – Produção, Exploração e Gestão Agrícola Unipessoal, Lda.

Chegalvorada – Produção, exploração e gestão agrícola unipessoal, Lda., adiante designada Chegalvorada, sita em Angra do Heroísmo, com o número de contribuinte 512 402 305 é uma sociedade unipessoal por quotas que tem como objetivo a produção, exploração e gestão agrícola das estações experimentais do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores (UAç), cujo capital social é totalmente detido pela Universidade dos Açores.



1.2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a estrutura concetual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística e, depois, às normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras consolidadas, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras

De referir que as notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

Princípios de consolidação

A consolidação das Entidades controladas que estão identificadas na Nota 1.1 efetuou-se pelo método de agregação simples e o método da consolidação integral. As Entidades controladas são aquelas em que a UAç tem capacidade para orientar as suas atividades relevantes ou detém direitos a benefícios variáveis e são integradas na consolidação desde a data em que assume esse controlo e até ao momento em que o mesmo cessa. Presume-se a existência de controlo quando tem o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de determinada entidade de modo a obter benefícios variáveis, detendo mais de metade dos direitos de voto decorrentes da detenção de instrumentos de capital próprio ou quando esse poder deriva de acordos vinculativos.



A aquisição das entidades controladas é registada pelo seu custo de aquisição, que incluiu eventuais despesas adicionais de aquisição, o qual é mantido pelo seu valor original na data de relato, exceto se houver uma perda por imparidade.

Os saldos existentes e transações ocorridas significativas entre as entidades controladas incluídas na consolidação integral foram eliminados, nomeadamente dívidas entre entidades, bem como os rendimentos e gastos relativos às operações ocorridas entre as entidades incluídas na consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas controladas é apresentado como interesses que não controlam.

Quando as perdas acumuladas de uma entidade controlada atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse minoritário no seu capital próprio, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como ganhos até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas sejam recuperadas.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração dos ativos e passivos aplicáveis adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são os previstos no SNC-AP, sendo feitos, quando aplicável, ajustamentos apropriados às demonstrações financeiras das entidades controladas de modo a assegurar a conformidade com as políticas contabilísticas do Grupo.

Todas as entidades integradas na prestação de contas consolidadas da UAç utilizam o SNC-AP, exceto a CHEGALVORADA que prepara as demonstrações financeiras em SNC aplicável às entidades em geral, não tendo no processo de reclassificação das contas resultado qualquer necessidade de alterações dos critérios de mensuração aplicados.

Apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.



A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão, em 15 de junho de 2023, e serão submetidas a aprovação pelo Conselho Geral.

As demonstrações financeiras separadas da Entidade foram aprovadas pelo Conselho de Gestão em 29 de março de 2023.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas.

Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.



Fluxos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Os valores de caixa e depósitos bancários a 31 de dezembro de 2022 incluem 3.665.037 euros relativos a receitas consignadas (2021 – 2.715.484 euros), cujo uso está condicionado aos fins específicos a que respeitam.

Valores de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição de caixa e seus equivalentes era a seguinte:

Conta	2022		2021	
Caixa		0,00		2 706,00
Depósitos à ordem		2 004 908,64		7 065 058,56
Depósitos à ordem no Tesouro	1 805 660,27		6 897 632,11	
Depósitos bancários à ordem	199 248,37		167 426,45	
Equivalentes de caixa	0,00	6 356 000,00		
Certificados Especiais Dívida do Tesouro	6 356 000,00			
Total de caixa e depósitos		8 360 908,64		7 067 764,56

O grupo público detinha, em 31 de dezembro de 2022, 6.356.000,00 euros de Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), de acordo com o despacho 14343/2022, do Ministério das Finanças, tendo sido resgatados a 2 de janeiro de 2023. Os CEDIC são aplicação de muito curto prazo passíveis de mobilização quase imediata, integrando o conceito de equivalente de caixa de acordo com a Norma de Contabilidade Pública n.º 1.

NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das presentes demonstrações financeiras são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

2.1 - Bases de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O euro é a moeda funcional e de apresentação e as demonstrações financeiras são apresentadas em euros.



As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e os resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionados com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas mais relevantes resumem como se segue:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso ou prestarem um serviço, encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis correspondem às vidas úteis estimadas (anos), utilizando-se na sua determinação o método das quotas constantes por duodécimos.



As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

b) Imparidades de ativos não correntes

O Grupo avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou de serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

c) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Uma locação é classificada como locação financeira se transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade ou como locação operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Os pagamentos de locação segundo uma locação operacional (excluindo custos de serviços tais como seguro e manutenção), na ótica do locatário, são reconhecidos como um gasto numa base linear.



Na ótica do locatário, os contratos de locação financeira são reconhecidos como ativos e as respetivas obrigações de locação como passivos. Os ativos e os passivos devem ser reconhecidos no início da locação e mensurados por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Uma locação financeira dá origem a um gasto de depreciação relativo a ativos depreciables e a um gasto financeiro relativo a cada período contabilístico.

d) Participações financeiras

As participações financeiras em entidades controladas e os investimentos em associadas com influência significativa são mensuradas pelo método do custo. As restantes participações financeiras são também mensuradas pelo custo, dado tratar-se de instrumentos de capital não cotados.

e) Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.



Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos; (ii) Clientes, contribuintes e utentes; (iii) Fornecedores; e (iv) Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

(i) Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

(iii) Património realizado

O património social inicial da Entidade corresponde ao património líquido apurado no balanço inicial quando se adotou, pela primeira vez, a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras de acordo com o normativo POC-Educação.



(iv) Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(v) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

g) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Grupo desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

O Grupo desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

i) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.



Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados em nota deste Anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

k) Rendimentos de transações

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando o Grupo (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do



rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. O Grupo mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

O Grupo quando satisfaz uma obrigação presente, reconhecida como um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras públicas e privadas, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que o Grupo cumpre com todas as condições contratuais assumidas.

As transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à atividade não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.



l) Benefícios dos empregados

O Grupo reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes, já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Na base da legislação em vigor, o Grupo tem a responsabilidade de pagar os complementos de reforma a determinados trabalhadores oriundos de serviço extintos, correspondente ao tempo de serviço prestado, e as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Está constituída uma provisão para esse efeito, que é calculada com base nos encargos anualmente liquidados e na esperança média de vida estimada para os atuais pensionistas, de acordo com as tabelas publicadas pelo INE.

m) Especialização de gastos e rendimentos

O Grupo regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Devedores e credores por acréscimos (periodização económica) e diferimentos (rendimentos e gastos a reconhecer).

O rendimento de propinas é reconhecido na proporção dos serviços prestados ao longo do correspondente período letivo. O Grupo público reconhece o direito a receber de propinas no momento da inscrição dos alunos e periodiza o rendimento mensalmente numa base proporcional à duração do ano letivo, sendo 4/12 (setembro a dezembro) reconhecido como rendimento do período (ano da inscrição no ano letivo) e, os restantes 8/12, são diferidos (rendimento diferido) e reconhecidos como rendimento no ano seguinte, em consonância com o regime de acréscimo.



n) Imposto sobre o rendimento

Com exceção da CHEGALVORADA, todas as entidades estão isentas de liquidação de imposto sobre o rendimento.

Os impostos correntes e os impostos diferidos desta entidade, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou no património líquido quando associados a transações registadas diretamente no património líquido.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

o) Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas se forem considerados materialmente significativos.

2.3 - Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas



A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2022, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas do período anterior.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho de Gestão procedido à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas; no entanto, destaca-se que os fatores relacionados com o desempenho futuro estão associados aos níveis de financiamento do ensino superior que sejam garantidos a nível do Orçamento de Estado, que num ambiente de enormes exigências legais poderão não garantir uma equilibrada cobertura das obrigações de natureza diversa que terão de ser anualmente cumpridas.

2.5 - Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou períodos futuros

Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pelo Grupo no presente período ou períodos subsequentes.

Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

2.6 - Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas e tendo em consideração que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva.



Os julgamentos que, no futuro, poderão sofrer alterações com impacto material nos ativos e passivos e nos rendimentos e gastos estão relacionados com (i) a capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às necessidades da atividade desenvolvida e os níveis de exigência que estão associados e regulamentados; (ii) aos riscos existentes na recuperação de determinadas dívidas a receber maioritariamente relacionadas com propinas; (iii) dificuldade em determinar a elegibilidade e a recuperabilidade financeira dos gastos incorridos nos projetos de investigação científica, desenvolvimento experimental e tecnológico financiados por entidades externas, (iv) contingências por processos judiciais, cujo desfecho pode ser diferente das expectativas e posições defendidas pelo Grupo; e (v) responsabilidades devidas pela UAç com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades.

2.7 - Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Entidade não procedeu a alterações de procedimentos ou metodologias de determinação de estimativas contabilísticas.

2.8 - Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2022 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

NOTA 3 - Ativos intangíveis

a. Vidas úteis ou taxas de amortização

As vidas úteis dos ativos intangíveis são estimadas com base na utilidade esperada do ativo, utilizando como referência as vidas úteis previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, que faz parte integrante do SNC-AP, aprovado pelo decreto de lei nº192/2015 de 11 de setembro.

b. Métodos de amortização

As amortizações foram calculadas utilizando o método da linha reta ou quotas constantes.



c. Quantia escriturada bruta, amortização acumulada e movimentos no período

A quantia bruta escriturada e de amortização e a imparidade acumulada em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era assim resumida:

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades

ATIVOS INTANGÍVEIS	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Programas de computador e sistemas de informação	1 620 265,29	1 603 068,27	0,00	17 197,02	1 626 203,39	1 612 436,25	0,00	13 767,14
Total	1 620 265,29	1 603 068,27	0,00	17 197,02	1 626 203,39	1 612 436,25	0,00	13 767,14

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ocorreram as seguintes variações:

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

ATIVOS INTANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Programas de computador e sistemas de informação	17 197,02	5 938,10	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 367,98	0,00	0,00	13 767,14
Total	17 197,02	5 938,10	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 367,98	0,00	0,00	13 767,14

Quadro 3.2 A – Ativos intangíveis – Desagregação das Adições

ATIVOS INTANGÍVEIS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	5 938,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 938,10
Total	0,00	5 938,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 938,10

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram verificadas diminuições de Ativos Intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo público não tinha ativos intangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos e também não existiam quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.



NOTA 5 - Ativos fixos tangíveis

a. Bases de mensuração usadas

Tal como referido na nota 2.2 os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao seu custo de aquisição ou de produção deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

b. Métodos de depreciação usados

As depreciações foram calculadas utilizando o método da linha reta ou quotas constantes.

c. Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As vidas úteis dos ativos fixos tangíveis são estimadas com base na utilidade esperada do ativo, utilizando como referência as vidas úteis previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, que faz parte integrante do SNC-AP, aprovado pelo decreto de lei nº192/2015 de 11 de setembro.

d. Quantia escriturada bruta, amortização acumulada e movimentos no período

A quantia bruta escriturada e de depreciações e imparidades acumuladas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 resume-se como segue:

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

ATIVOS TANGÍVEIS	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	11 690 967,40	0,00	0,00	11 690 967,40	11 690 967,40	0,00	0,00	11 690 967,40
Edifícios e outras construções	46 846 865,55	3 532 292,04	0,00	43 314 573,51	46 846 865,55	4 203 432,03	0,00	42 643 433,52
Equipamento básico	21 771 512,62	18 973 855,97	0,00	2 797 656,65	22 612 101,14	19 336 282,76	0,00	3 275 818,38
Equipamento de transporte	758 403,89	730 283,69	0,00	28 120,20	758 953,89	736 665,69	0,00	22 288,20
Equipamento administrativo	10 915 693,10	10 309 781,02	0,00	605 912,08	10 886 803,34	10 331 848,92	0,00	554 954,42
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2 469 059,14	2 268 094,61	0,00	200 964,53	2 518 825,17	2 302 904,35	0,00	215 920,82
Ativos fixos tangíveis em curso	5 999,40	0,00	0,00	5 999,40	0,00	0,00	0,00	0,00
	94 458 501,10	35 814 307,33	0,00	58 644 193,77	95 314 516,49	36 911 133,75	0,00	58 403 382,74
Total	94 458 501,10	35 814 307,33	0,00	58 644 193,77	95 314 516,49	36 911 133,75	0,00	58 403 382,74

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ocorreram as seguintes variações:



Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	11 690 967,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 690 967,40
Edifícios e outras construções	43 314 573,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-671 139,99	0,00	0,00	42 643 433,52
Equipamento básico	2 797 656,65	958 058,13	0,00	0,00	0,00	0,00	-476 807,66	0,00	-3 088,74	3 275 818,38
Equipamento de transporte	28 120,20	550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 382,00	0,00	0,00	22 288,20
Equipamento administrativo	605 912,08	149 964,44	0,00	0,00	0,00	0,00	-200 829,78	0,00	-92,32	554 954,42
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	200 964,53	54 823,74	0,00	0,00	0,00	0,00	-39 867,45	0,00	0,00	215 920,82
Ativos fixos tangíveis em curso	5 999,40	17 982,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-23 981,82	0,00
Total	58 644 193,77	1 181 378,73	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 395 026,88	0,00	-27 162,88	58 403 382,74

Quadro 5.2 A – Ativos fixos tangíveis – Desagregação das Adições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros ativos fixos tangíveis											
Equipamento básico	0,00	958 058,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	958 058,13
Equipamento de transporte	0,00	550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550,00
Equipamento administrativo	0,00	149 964,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149 964,44
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	54 823,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54 823,74
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	17 982,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 982,42
Total	0,00	1 181 378,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 181 378,73

Quadro 5.2 B – Ativos fixos tangíveis – Desagregação das Diminuições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	-883,54	0,00	-2 075,50	0,00	-129,70	-3 088,74
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-92,32	-92,32
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-23 981,82	-23 981,82
Total	-883,54	0,00	-2 075,50	0,00	-24 203,84	-27 162,88

O montante reconhecido como diminuições refere-se maioritariamente ao abate de ativos fixos tangíveis.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo Público não tinha ativos fixos tangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos.



NOTA 10 - Inventários

No período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a quantia escriturada dos inventários e o movimento ocorrido no período foram os seguintes:

Quadro 10.1 – Inventários

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	97 524,33	0,00	97 524,33
Produtos e trabalhos em curso	15 700,00	0,00	15 700,00
Total	113 224,33	0,00	113 224,33

Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos no período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções nos inventários	Outros aumentos de inventários	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Mercadorias	1 576,02	39 863,30	39 850,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 788,99
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	111 573,45	256 189,41	252 352,85	0,00	0,00	0,00	19 675,36	0,69	95 735,34
Produtos e trabalhos em curso	22 400,00	0,00	0,00	14 050,00	0,00	0,00	20 750,00	0,00	15 700,00
Total	135 549,47	296 052,71	292 003,18	14 050,00	0,00	0,00	40 425,36	0,69	113 224,33

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos resultados de 2022, foi de 292.003 euros.

A variação da produção foi de 14.050 euros em 31 de dezembro de 2022.

NOTA 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 têm a seguinte decomposição:



Tipo de rendimento	2022		2021	
Venda de bens		455 228,70		280 573,72
Refeições - Snack bar	202 151,79		101 740,58	
Senhas	66 006,06		31 228,12	
Outros bens	187 070,85		147 605,02	
Prestações de Serviços		2 256 606,37		2 003 119,62
Serviços laboratoriais	2 882,53			
Aluguer de instalações	8 742,75		3 455,00	
Arrendamento	4 384,56		4 384,56	
Ações de formação	16 968,10		21 062,48	
Parque de estacionamento	42 735,81		43 515,98	
Protocolos e acordos	57 287,34		61 288,14	
Consultoria Técnico-científica	1 602 755,20		1 559 472,64	
Cursos e congressos	6 525,00		3 792,00	
Alojamento	324 491,36		215 648,07	
Aluguer de equipamentos	-		-	
Outros serviços	189 833,72		90 500,75	
Outros rendimentos e ganhos				
Alienações	8 123,93		6 591,62	
Patrocínios e donativos	-		-	
Reposições não abatidas aos pagamentos	9 474,68		8 989,24	
Imputação de subsídios e transferências	1 153 707,20	959 069,18		
Restituição de impostos	35 917,17			
Juros de mora obtidos	9 899,15	7 418,99		
Correções exercícios anteriores	179 488,69	54 730,55		
Outros	23 560,57	1 420 171,39	13 083,49	1 049 883,07
Total rendimentos de transações com contraprestação	4 132 006,46		3 333 576,41	

NOTA 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados e no balanço:

Tipo de rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	2 662 013,90	0,00	1 728 622,11	1 697 425,88	0,00
Transferências sem condição	20 428 435,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências com condição	1 410 352,82	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios sem condição	115 644,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios com condição	2 710 194,71	488 952,35	7 286 022,78	500 305,59	463 221,09
Legados, ofertas e doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	27 326 641,49	488 952,35	9 014 644,89	2 197 731,47	463 221,09

As taxas, multas e outras penalidades, no valor de 2.662.014 euros, refere-se essencialmente ao reconhecimento do rendimento das propinas.

A rubrica transferências sem condição refere-se maioritariamente a verbas atribuídas da execução do Orçamento de Estado.



NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as quantias reconhecidas em provisões e os movimentos ocorridos no período foram:

Rubricas	Quantia escriturada no início de 2022	Aumentos				Utilizações				Quantia escriturada no final de 2022
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	136 145,12	30 000,01	0,00	0,00	30 000,01	0,00	0,00	0,00	0,00	166 145,13
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	504 978,17	33 143,10	0,00	0,00	33 143,10	44 446,50	0,00	0,00	44 446,50	493 674,77
Outras provisões	782 891,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	782 891,00
Total	1 424 014,29	63 143,11	0,00	0,00	63 143,11	44 446,50	0,00	0,00	44 446,50	1 442 710,90

Rubricas	Quantia escriturada no início de 2021	Aumentos				Utilizações				Quantia escriturada no final de 2021
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	167 450,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31 305,85	0,00	31 305,85	136 145,12
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	531 195,20	18 028,56	0,00	0,00	18 028,56	44 245,59	0,00	0,00	44 245,59	504 978,17
Outras provisões	782 891,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	782 891,00
Total	1 481 537,17	18 028,56	0,00	0,00	18 028,56	44 245,59	31 305,85	0,00	75 551,44	1 424 014,29

A natureza das obrigações para as quais foram reconhecidas provisões e o momento em que possa ocorrer o exfluxo de benefícios económicos são:

- Processos judiciais em curso: relativos a situações de diferendo com trabalhadores ou terceiros, para os quais se estima que possa ser mais provável, do que não, um desfecho desfavorável face às expectativas e posições defendidas pelo Grupo, estando o prazo de eventuais ex fluxos dependente da tramitação judicial dos referidos processos;
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades. Na estimativa da provisão para este efeito foi utilizada a mais recente tabela de esperança média de vida divulgada pelo INE, a taxa de atualização de pensões de 1% e a taxa de juro de 1,85%, para determinação do valor atual das responsabilidades;
- Outras provisões: responsabilidades pelo pagamento de valorizações remuneratórias de docentes resultantes do ciclo de avaliação concluído em 2010 e não pagas até 1/01/2015, estando o seu pagamento dependente de dotação financeira do Orçamento de Estado para este efeito.



Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são relativos a:

- Processos judiciais em curso para os quais não foram reconhecidas provisões, porque se considera pouco provável a ocorrência de exfluxos financeiros, tendo em consideração a natureza da matéria litigiosa e o desfecho judicial de outros processos semelhantes. O montante estimado destes processos em 31 de dezembro de 2022 é 322.595 euros (331.230 euros, em 31 de dezembro de 2021).

Os ativos contingentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são relativos a:

- Recuperação de IVA autoliquidado e pago incorretamente nos anos de 2011 e 2012, que se encontra pendente da validação das declarações de substituição entregues na Autoridade Tributária em 2015 e 2016, dentro dos prazos legais. Atendendo à incerteza quanto ao desfecho destes processos, a quantia em causa não foi reconhecida como ativo. O montante estimado relativo a estes processos é de 313.841 euros.

NOTA 17 - Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão em 15 de junho de 2023 pelo Conselho de Gestão.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2022.

NOTA 18 - Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as categorias de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado estão detalhadas da seguinte forma:

Ativos financeiros

(a) Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Universidade dos Açores detém as seguintes participações do património social de:



Participações financeiras	2022		2021	
	% Detida	Valor	% Detida	Valor
Observatório Regional do Turismo	22,00%	20 000,00	22,00%	20 000,00
INOVA	13,00%	92 354,30	13,00%	92 354,30
ADFMA	15,40%	2 000,00	15,40%	2 000,00
Fundo de Compensação do Trabalho	0%	14 929,78	0%	21 406,32
Sub-total	-	129 284,08	-	135 760,62
Imparidades acumuladas	0%	0,00	0%	-20 000,00
Total	-	129 284,08	-	115 760,62

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram reconhecidas imparidades como movimentos do período.

(b) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica de Devedores por transferências e subsídios detalha-se do seguinte modo:

Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2022	2021
Candidaturas a fundos regionais, nacionais e comunitários:	0,00	0,00
Direção Regional da Ciência e Tecnologia	187 229,17	171 714,37
Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP	2 435 469,51	3 433 020,32
Fundo Regional de Ciência e Tecnologia	30 000,00	50 000,00
Comissão Europeia	853 235,19	823 231,20
Federação Nacional dos Apicultores Portugueses	0,00	21 610,17
DRFPE/DRCT - PO Açores 2020	965 663,35	1 869 640,05
PCT-MAC	423 492,83	799 121,22
Outros devedores	137 965,54	117 685,45
Total	5 033 055,59	7 286 022,78

O saldo a receber representado nesta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é maioritariamente derivado de verbas devidas pelas entidades gestoras e financiadoras das diversas medidas e projetos a realizar no âmbito da atividade da Fundação Gaspar Frutuoso.

Em conformidade com a avaliação efetuada pela Administração desta entidade controlada em 31 de dezembro de 2022, os ativos são reconhecidos no balanço quando existe a probabilidade da ocorrência de atividades presentes e futuras para a Fundação e os ativos tenham um custo ou um valor que podia ser mensurado com fiabilidade, designadamente a aceitação e aprovação da entidade gestora e financiadora. Todos estes ativos estão restringidos quanto ao cumprimento das condições cuja atribuição lhe está associada, independentemente de já ter sido recebido.



(c) Clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica de resume-se como se segue:

Clientes, contribuintes e utentes	2022	2021
Clientes, c/c	475 441,15	212 911,89
Utentes, c/c	1 699 800,25	1 732 300,93
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	535 376,12	419 422,91
Sub-total	2 710 617,52	2 364 635,73
Imparidades acumuladas	-535 376,12	-419 422,91
Total	2 175 241,40	1 945 212,82

O saldo da rubrica de Clientes, contribuintes e utentes é essencialmente constituído pelas propinas a pagar do ano letivo em curso, de 2022/2023, no montante de 1.697.426 euros (1.728.622 euros, em 2021). Os rendimentos de propinas diferidos para o período subsequente, no montante de 1.562.476 euros em 31 de dezembro de 2022 (1.622.020 euros, em 2021), são reconhecidos em Diferimentos (Nota 23-b).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de Perdas por imparidade acumulada:

Imparidade de contas a receber	01/01/2022	Reforço	Reversões	31/12/2022
Clientes	67 319,53	0,00	-2 375,63	64 943,90
Utentes	352 103,38	274 455,55	-156 126,71	470 432,22
Sub-total (clientes, contribuintes e utentes)	419 422,91	274 455,55	-158 502,34	535 376,12
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	419 422,91	274 455,55	-158 502,34	535 376,12

Imparidade de contas a receber	01/01/2021	Reforço	Reversões	31/12/2021
Clientes	73 271,78	0,00	-5 952,25	67 319,53
Utentes	198 551,62	153 551,76	0,00	352 103,38
Sub-total (clientes, contribuintes e utentes)	271 823,40	153 551,76	-5 952,25	419 422,91
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	271 823,40	153 551,76	-5 952,25	419 422,91

O montante líquido do movimento no ano teve um impacto (perdas) na demonstração dos resultados de 115.953 euros em 31 de dezembro de 2022 (perda em 2021 – 147.600 euros).

As perdas por imparidade para clientes foram determinadas por análise individual, tendo em consideração as expectativas de recebimentos futuros e a situação económica e financeira conhecida do cliente.

As perdas por imparidade para utentes foram determinadas, por prudência, em montante igual ao dos utentes com cobrança duvidosa.



(d) Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica de Outras contas a receber resume-se como se segue:

Outras contas a receber	31.12.2022	31.12.2021
Devedores por acréscimos:		
Serviços prestados ainda não faturados	0,00	0,00
Governo Regional dos Açores - apoio à tripolaridade	0,00	0,00
Outros devedores por acréscimos de rendimentos	350 831,50	485 578,80
Azores parque	25 000,00	25 000,00
Outros devedores	12 550,52	4 374,06
Sub-total	388 382,02	514 952,86
Imparidade acumulada	-25 000,00	-25 000,00
Total	363 382,02	489 952,86

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos financeiros.

Passivos financeiros

(e) Fornecedores e Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos destas rubricas decompõem-se como se segue:

Contas a pagar	2022	2021
Fornecedores, c/c	91 369,83	114 686,16
Fornecedores de investimentos	282,90	23 130,59
Outras contas a pagar		
Fornecedores de investimentos	8 250,70	16 441,79
Credores por acréscimos:		
Remunerações a liquidar	3 163 632,37	2 995 888,57
Juros a liquidar	0,00	882,60
Outros acréscimos de gastos	124 584,67	76 062,31
Cauções de alunos	37 826,52	31 116,91
Projetos de desenvolvimento e investigação	4 099 579,03	6 679 614,54
Subsídios ao investimento	454 752,87	509 849,00
Adiantamentos por conta de subsídios e protocolos	0,00	0,00
Outros credores	506 409,66	342 853,18
	8 395 035,82	10 652 708,90
Total	8 486 688,55	10 790 525,65

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Outras contas a pagar contempla essencialmente a provisão para férias e subsídios de férias no montante de 3.163.632 euros (2.995.889 euros em 2021) e o valor das medidas e dos projetos de investigação aprovados e que ainda se encontram por realizar no final do ano, no montante de 4.099.579, os quais são reconhecidos no passivo após existir segurança de que a Fundação Gaspar Frutuoso cumprirá as condições associadas às medidas ou projetos que pretende executar, regra geral, na data da sua aprovação. São mantidos nesta rubrica enquanto estiverem em fase de desenvolvimento ou execução,



independentemente do correspondente financiamento já ter sido ou não recebido e, após a respetiva execução, são transferidos para resultados ou para o património líquido, quando relacionados com ativos depreciables.

(f) Instrumentos de património líquido

Os movimentos ocorridos nas contas classificadas no património líquido, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, resumem-se como se segue:

Capital Próprio	Em 31 de dezembro de 2022			
	Saldo inicial	Movimentos no ano	Aplicação de resultados	Saldo final
Património	7 149 701,61	0,00	0,00	7 149 701,61
Resultados transitados	-6 602 028,55	-202 333,51	283 693,18	-6 520 668,88
Outras variações no património líquido	56 317 044,20	-205 776,67	0,00	56 111 267,53
	56 864 717,26	-408 110,18	283 693,18	56 740 300,26
Resultado líquido do período	283 693,18	928 764,93	-283 693,18	928 764,93
	57 148 410,44	520 654,75	0,00	57 669 065,19

Capital Próprio	Em 31 de dezembro de 2021			
	Saldo inicial	Movimentos no ano	Aplicação de resultados	Saldo final
Património	7 149 701,61	0,00	0,00	7 149 701,61
Resultados transitados	-6 918 515,30	0,00	316 486,75	-6 602 028,55
Outras variações no património líquido	56 468 145,33	-151 101,13	0,00	56 317 044,20
	56 699 331,64	-151 101,13	316 486,75	56 864 717,26
Resultado líquido do período	316 486,75	283 693,18	-316 486,75	283 693,18
	57 015 818,39	132 592,05	0,00	57 148 410,44

NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

A UAç está sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Governo da República Portuguesa.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a UAç tinha o controlo sobre as seguintes entidades:

Denominação	Natureza da entidade	Sede
Serviços de Ação Social Escolar da UAç	Serviço da UAç com autonomia administrativa e financeira	Ponta Delgada
Fundação Gaspar Frutuoso	Fundação Pública de Direito Privado	Ponta Delgada
Chegalvorada, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal p/ Quotas	Angra do Heroísmo



NOTA 21 - Relato por segmentos

A Entidade não reporta informação por segmentos, tendo em consideração que a sua atividade se concentra na atividade principal de ensino superior, sendo outras atividades, nomeadamente investigação, complementares da atividade principal e sem relevância financeira para as contas separadas (individuais) da UAç. De acordo com o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas (Decreto-Lei n.º 74/2006 na sua redação atual), os graus de licenciado, mestre e doutor só podem ser conferidos pelas instituições de ensino superior universitárias que, entre outros requisitos, desenvolvam atividades de formação e investigação de nível e qualidade reconhecidos. Assim, no ensino superior, a docência implica investigação e não pode ser dissociada desta.

NOTA 23 – Outras Divulgações

Nos parágrafos seguintes são detalhadas algumas informações adicionais relevantes.

(a) Estado e outros entes públicos

Os saldos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 com o Estado e outros entes públicos resumem-se como se segue:

Estado e outros Entes públicos	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento - IRC	0,00	2 889,46	0,00	2 065,44
Retenções de imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho dependente	0,00	293,00	0,00	115,00
Rendimentos profissionais	0,00	446,25	110,00	1 174,00
Rendimentos prediais	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00	0,00	0,00
IVA - a pagar	0,00	47 183,59	0,00	52 669,17
IVA - a recuperar	3 761,01	0,00	5 673,80	0,00
IVA - reembolsos pedidos	5 000,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de selo	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Social	0,00	6 330,94	0,00	602,60
Outros impostos	0,00	16,00	0,00	15,51
Total	8 761,01	57 159,24	5 783,80	56 641,72

O detalhe do imposto a pagar/(a recuperar) em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

	2022	2021
Imposto corrente	2 889,46	2 065,44
Pagamentos por conta	0,00	0,00
Saldo final - IRC a pagar/(a recuperar)	2 889,46	2 065,44



(b) Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Diferimentos do ativo era constituída por:

Diferimentos (ativo)	2022	2021
Outros gastos a reconhecer	53 818,15	43 601,40
Total	53 818,15	43 601,40

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Diferimentos do passivo era constituída por:

Diferimentos (passivo)	2022	2021
Propinas	1 562 476,08	1 622 019,68
Projetos	3 025 047,67	2 231 965,58
Outros rendimentos a reconhecer	2 411 851,08	2 477 001,10
Total	6 999 374,83	6 330 986,36

O valor de 1.562.476,08 euros a diferir das propinas corresponde a 8/12 das inscrições do ano letivo 2022/2023, a ser reconhecido em 2023.

O saldo a diferir de projetos, no valor de 3.025.047, refere-se às verbas recebidas de projetos de investigação que ainda não foi incorrido o respetivo gasto.

(c) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos decompunha-se como se segue:



Fornecimentos e serviços externos	2022	2021
Subcontratos e parcerias		
Serviços de alojamento e de restauração	8 223,74	0,00
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	1 386 343,26	1 239 527,33
Publicidade, comunicação e imagem	11 075,17	9 616,34
Vigilância e segurança	311 337,71	317 017,90
Honorários	302 063,05	335 395,35
Conservação e reparação	293 502,67	301 149,06
Serviços Bancários	174,92	106,80
Outros serviços especializados	2 535,17	1 870,44
Material de consumo		
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 581,70	9 302,29
Livros e documentação técnica	7 074,31	1 180,51
Material de escritório	38 782,55	41 194,92
Artigos para oferta e de publicidade de propaganda	27 085,60	19 965,39
Material de educação, cultura e recreio	2 427,38	9 035,26
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	12 099,09	8 300,80
Produtos químicos e de laboratórios	49 288,44	35 179,30
Outros materiais	394 304,12	326 695,03
Energia e fluídos		
Eletricidade	391 894,37	331 498,00
Combustíveis e lubrificantes	20 708,96	13 726,77
Água	103 435,33	86 910,89
Outros	41 265,87	37 393,48
Deslocações, estadas e transportes		
Desclocações e estadas	633 076,77	273 090,68
Transporte de pessoal	20,00	0,00
Transporte de mercadorias e outros bens	5 452,18	3 367,52
Outros	21 671,53	10 216,35
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	6 773,35	483,00
Comunicação	52 165,98	51 428,06
Seguros	67 152,68	57 190,33
Contencioso e notariado	2 375,00	1 577,22
Despesas de representação dos serviços	330,02	359,90
Limpeza, higiene e conforto	5 808,08	8 002,57
Outros serviços	617 289,52	552 038,04
Total	4 819 318,52	4 082 819,53

(d) Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Gastos com pessoal decompunha-se como se segue:



Gastos com o pessoal	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão		
Remunerações certas e permanentes	587 182,02	575 280,95
Abonos variáveis ou eventuais	2 445,25	125,50
Remunerações do pessoal		
Remunerações certas e permanentes	17 727 908,24	17 026 777,72
Abonos variáveis ou eventuais	257 416,72	183 344,38
Indemnizações	91 224,35	60 027,44
Encargos sobre remunerações		
Segurança Social/Caixa Geral de Aposentações	4 272 611,44	4 136 822,47
Fundo Garantia e Compensação Trabalho	392,25	637,57
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	23 159,43	23 741,35
Outros gastos com o pessoal	728,21	240,04
Outros encargos sociais	121 972,54	182 226,55
Total	23 085 040,45	22 189 223,97

(e) Transferências e subsídios concedidos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica de Transferências e subsídios concedidos decompunha-se como se segue:

Transferências e subsídios concedidos	2022	2021
Transferências correntes concedidas		
Administração Central (Estado)		
Setor privado:		
Famílias (Bolsas de Investigação)	308 206,14	356 499,57
Famílias	330 834,15	198 916,79
Entidades de setor não lucrativo (AAUA)	4 762,29	8 008,73
Total	643 802,58	563 425,09

(f) Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica de Outros gastos e perdas decompunha-se como se segue:

Outros gastos e perdas	2022	2021
Impostos e taxas	510,72	607,39
Perdas em inventários	11 456,77	45,12
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Abates	2 297,52	651,83
Sinistros	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	80 619,27	39 786,47
Quotizações	11 800,00	12 409,25
Serviços bancários	27 697,05	25 095,64
Outros	2 129,85	23 958,64
Total	136 511,18	102 554,34



UAç
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES

A rubrica correções relativas a períodos anteriores engloba maioritariamente rendimentos provenientes de propinas, cujo rendimento pertence a 2021.

Ponta Delgada, 15 de junho de 2023

O Conselho de Gestão



6. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

6.1. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL – RECEBIMENTOS

Demonstração consolidada do desempenho orçamental
do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

RECEBIMENTOS	2022	2021
Saldo de gerência anterior	7 001 315,53	6 569 752,95
Operações orçamentais [1]	6 606 840,82	6 120 665,42
Restituição de saldos de operações orçamentais	43 416,11	22 787,19
Recebimentos do saldo devolvido por terceiras entidades	-	-
Operações de tesouraria [A]	351 058,60	426 300,34
Receita corrente	29 881 931,44	27 736 526,56
Receita fiscal	-	-
Impostos diretos	-	-
Impostos indiretos	-	-
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-
Taxas, multas e outras penalidades	2 658 258,19	2 426 326,67
Rendimentos de propriedade	4 384,56	4 384,56
Transferências e subsídios correntes	24 588 086,83	22 895 315,13
Transferências correntes	24 588 086,83	22 895 315,13
Administrações Públicas	22 014 494,97	21 811 000,54
Administração Central - Estado	19 052 205,00	18 419 975,00
Administração Central - Outras entidades	32 185,36	126 947,15
Segurança Social	-	-
Administração Regional	2 922 404,61	3 250 878,39
Administração Local	7 700,00	13 200,00
Exterior - EU	2 218 350,84	818 376,92
Outras	355 241,02	265 937,67
Subsídios correntes	-	-
Venda de bens e serviços	2 558 117,50	2 375 000,32
Outras receitas correntes	73 084,36	35 499,88
Receita de capital	1 265 389,75	539 747,65
Venda de bens de investimento	-	-
Transferências de Capital	1 265 389,75	539 747,65
Transferências e subsídios de capital	1 265 389,75	539 747,65
Administrações Públicas	1 265 389,75	539 747,65
Administração Central - Estado	-	-
Administração Central - Outras entidades	1 265 389,75	539 747,65
Segurança Social	-	-
Administração Regional	-	-
Administração Local	-	-
Exterior - UE	-	-
Outras	-	-
Subsídios de capital	-	-
Outras receitas de capital	-	-
Reposição não abatida aos pagamentos	35 437,74	64 267,91
Receita efetiva [2]	31 182 758,93	28 340 542,12
Receita não efetiva [3]	-	-
Receitas com ativos financeiros	-	-
Receita com passivos financeiros	-	-
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	37 789 599,75	34 461 207,54
Operações de tesouraria [B]	827 510,27	136 859,91



6.2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL – DESPESAS

Demonstração consolidada do desempenho orçamental
do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Rubrica	DESPESAS	2022	2021
	Despesa corrente	28 809 216,91	26 839 306,24
D1	Despesas com o pessoal	23 716 900,09	22 649 563,21
D11	Remunerações Certas e Permanentes	18 955 490,73	18 108 026,08
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	361 184,32	243 245,19
D13	Segurança social	4 400 225,04	4 298 291,94
D2	Aquisição de bens e serviços	4 236 032,93	3 377 634,35
D3	Juros e outros encargos	-	-
D4	Transferências e subsídios correntes	622 281,70	541 692,99
D41	Transferências correntes	622 281,70	541 692,99
D411	Administrações Públicas	-	-
D4111	Administração Central - Estado	-	-
D4112	Administração Central - Outras entidades	-	-
D4113	Segurança Social	-	-
D4114	Administração Regional	-	-
D4115	Administração Local	-	-
D412	Entidades do setor não lucrativo	4 762,29	8 208,73
D413	Famílias	617 519,41	533 484,26
D414	Outras	-	-
D42	Subsídios	-	-
D5	Outras despesas correntes	234 002,19	270 415,69
	Despesa de capital	1 177 019,44	971 644,37
D6	Aquisição de bens de capital	1 177 019,44	971 644,37
D7	Transferências e subsídios de capital	-	-
D71	Transferências de capital	-	-
D711	Administrações Públicas	-	-
D7111	Administração Central - Estado	-	-
D7112	Administração Central - Outras entidades	-	-
D7113	Segurança Social	-	-
D7114	Administração Regional	-	-
D7115	Administração Local	-	-
D712	Instituições sem fins lucrativos	-	-
D713	Famílias	-	-
D714	Outras	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-
	Despesa efetiva [5]	29 986 236,35	27 810 950,61
	Despesa não efetiva [6]	-	-
D10	Despesa com ativos financeiros	-	-
D11	Despesa com passivos financeiros	-	-
	Soma [7]=[5]+[6]	29 986 236,35	27 810 950,61
	Operações de tesouraria [C]	669 352,24	212 101,65
	Saldos para gerência seguinte	8 312 580,03	7 001 315,53
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	7 803 363,40	6 650 256,93
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	509 216,63	351 058,60
	Saldo global [2]-[5]	1 196 522,58	529 591,51
	Despesa primária	29 986 236,35	27 810 950,61
	Saldo corrente	1 072 714,53	897 220,32
	Saldo de capital	88 370,31	(431 896,72)
	Saldo primário	1 196 522,58	529 591,51
	Receita total [1]+[2]+[3]	37 789 599,75	34 461 207,54
	Despesa total [5]+[6]	29 986 236,35	27 810 950,61



6.3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA – DIREITOS

Demonstração consolidada de direitos por natureza
do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2022	2021
	Receitas Correntes	2 485 538,24	269 515,40
R1	Receita fiscal	-	-
R11	Impostos diretos	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 065 459,59	3 094,12
R4	Rendimentos de propriedade	-	0,00
R5	Transferências e Subsídios Correntes	-	1 045,50
R51	Transferências Correntes	-	1 045,50
R511	Administrações Públicas	-	0,00
R5111	Administração Central - Estado	-	0,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	-	0,00
R5113	Segurança Social	-	-
R5114	Administração Regional	-	0,00
R5115	Administração Local	-	0,00
R512	Exterior - UE	-	0,00
R513	Outras	-	1 045,50
R52	Subsídios Correntes	-	-
R6	Venda de bens e serviços	420 078,65	253 825,44
R7	Outras receitas correntes	-	11 550,34
	Receitas de Capital		
R8	Venda de bens de investimento	-	-
R9	Transferências e subsídios de Capital	-	-
R91	Transferências de Capital	-	-
R911	Administrações Públicas	-	-
R9111	Administração Central - Estado	-	-
R9112	Administração Central - Outras entidades	-	-
R9113	Segurança Social	-	-
R9114	Administração Regional	-	-
R9115	Administração Local	-	-
R912	Exterior - UE	-	-
R913	Outras	-	-
R92	Subsídios de Capital	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	-	25 000,00
	Receita efetiva [1]	2 485 538,24	294 515,40
	Receita não efetiva [2]	-	-
R12	Receita com ativos financeiros	-	-
R13	Receita com passivos financeiros	-	-
	Receita total [3]=[1]+[2]	2 485 538,24	294 515,40



6.4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA – OBRIGAÇÕES

**Demonstração consolidada de obrigações por natureza
do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Rubrica	OBRIGAÇÕES	2022	2021
	Despesa corrente	36 333,93	132 428,34
D1	Despesas com o pessoal	6 145,08	5 824,75
D11	Remunerações Certas e Permanentes	1 202,88	0,00
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	343,31	3 746,51
D13	Segurança social	4 598,89	2 078,24
D2	Aquisição de bens e serviços	29 770,25	126 545,10
D3	Juros e outros encargos	-	-
D4	Transferências e subsídios correntes	-	-
D41	Transferências correntes	-	-
D411	Administrações Públicas	-	-
D4111	Administração Central - Estado	-	-
D4112	Administração Central - Outras entidades	-	-
D4113	Segurança Social	-	-
D4114	Administração Regional	-	-
D4115	Administração Local	-	-
D412	Instituições sem fins lucrativos	-	-
D413	Famílias	-	-
D414	Outras	-	-
D42	Subsídios	-	-
D5	Outras despesas correntes	418,60	58,49
	Despesa de Capital	9 837,82	45 015,15
D6	Aquisição de bens de capital	9 837,82	45 015,15
D7	Transferências e subsídios de capital	-	-
D71	Transferências de capital	-	-
D711	Administrações Públicas	-	-
D7111	Administração Central - Estado	-	-
D7112	Administração Central - Outras entidades	-	-
D7113	Segurança Social	-	-
D7114	Administração Regional	-	-
D7115	Administração Local	-	-
D712	Entidades do setor não lucrativo	-	-
D713	Famílias	-	-
D714	Outras	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-
	Despesa efetiva [5]	46 171,75	177 443,49
	Despesa não efetiva [6]	-	-
D10	Despesas com ativos financeiros	-	-
D11	Despesas com ativos financeiros	-	-
	Despesa total [7]=[5]+[6]	46 171,75	177 443,49

A demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza foi elaborado com base no definido pela FAQ 50- Questões Frequentes – Setor público, pelo que os valores não são comparáveis com os de 2021.



6.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Nota introdutória

A Universidade dos Açores (também designada neste Anexo por UAç ou, quando considerada em conjunto com as restantes entidades que controla, Grupo) é uma pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica, património próprio e autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, que adota como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), que prescreve a preparação de demonstrações orçamentais consolidadas que transmitam de forma verdadeira e apropriada a execução orçamental do conjunto de entidades que compõem o perímetro de consolidação como se de uma única entidade se tratasse.

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas são apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Públicas (“NCP”) expressas no sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, tendo preparado as demonstrações consolidadas do desempenho orçamental e de direitos e obrigações por natureza.

A UAç é entidade-mãe controladora final, pelo que as presentes demonstrações orçamentais consolidadas, que serão integradas no perímetro de consolidação do subsetor de administração central, não são consolidadas em outra entidade numa fase intermédia. Como entidade consolidante é responsável pela elaboração de documentos e elementos de apoio ao processo de consolidação orçamental, nomeadamente: o plano de contas central; o calendário das operações; as hierarquias de consolidação; o nível dos classificadores orçamentais a que será executada a consolidação; os procedimentos de homogeneização e agregação dos dados e de eliminação das operações internas.

As entidades controladas pela UAç no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são:

Entidade	Sede	% Detida	Método consolidação
SASE - Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores	Ponta Delgada	100,00%	Simple agregação
Fundação Gaspar Frutuoso, FP	Ponta Delgada	100,00%	Integral
Chegalvorada - Produção, Exploração e Gestão Agrícola Unipessoal Lda	Angra do Heroísmo	100,00%	Integral



A consolidação de contas da UAç foi feita em duas perspetivas (orçamental e financeira) correspondendo a cada uma delas, um perímetro de consolidação diferente. Na perspetiva orçamental, o perímetro de consolidação não compreende a CHEGALVORADA, entidade controlada que nos períodos contabilísticos reportados não integra o Orçamento do Estado, não estando incluído nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações orçamentais consolidadas

As presentes demonstrações orçamentadas consolidadas foram preparadas na base de caixa modificada e a partir dos registos contabilísticos da UAç e das entidades controladas mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, designadamente de acordo com NCP 26.

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato orçamental, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor e, depois, às disposições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações orçamentais consolidadas, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras orçamentais.

Princípios de consolidação orçamental

A consolidação das entidades controladas que estão anteriormente identificadas efetuou-se pelo método da consolidação simples.

As entidades controladas são aquelas em que a UAç tem capacidade para orientar as suas atividades relevantes ou detém direitos a benefícios variáveis e são integradas na consolidação



desde a data em que assume esse controlo e até ao momento em que o mesmo cessa e, condição necessária, que estejam incluídas nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

As contas das entidades controladas reportam-se ao mesmo período temporal e, sempre que uma entidade deixar de fazer parte integrante do perímetro de consolidação, serão considerados os pagamentos e recebimentos realizados até à data em que abandonou o perímetro, mas não a sua posição de obrigações e liquidações apurada a essa data.

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas são preparadas combinando as demonstrações orçamentais anuais individuais homogeneizadas das entidades que compõem o perímetro de consolidação, numa base de linha a linha, adicionando rubricas idênticas de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos, segundo a natureza das operações, constantes das demonstrações orçamentais.

Os saldos existentes e transações ocorridas significativas entre as entidades controladas incluídas na consolidação foram eliminados, nomeadamente na demonstração consolidada de direitos e obrigações, os créditos e débitos recíprocos por natureza registados, e na demonstração consolidada de desempenho orçamental os pagamentos e recebimentos, por natureza, resultantes de operações internas.

Os critérios aplicáveis adotados na preparação das demonstrações orçamentais individuais são os previstos no SNC-AP, sendo feitos, quando aplicável, ajustamentos e reclassificações apropriados às demonstrações orçamentais das entidades controladas de modo a assegurar a conformidade com as demonstrações orçamentais consolidadas.

Apresentação apropriada das demonstrações orçamentais consolidadas e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada a execução orçamental do conjunto de entidades que compõem o perímetro de



consolidação como se de uma única entidade se tratasse, nomeadamente das obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos dessas entidades.

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão, em 15 de junho de 2023, e serão submetidas a aprovação pelo Conselho Geral.

As demonstrações financeiras e orçamentais separadas da Entidade foram aprovadas pelo Conselho Geral em 29 de março de 2023.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações orçamentais, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações orçamentais consolidadas.

Comparabilidade das demonstrações orçamentais consolidadas

Os elementos constantes nas presentes demonstrações orçamentais consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior. Como já mencionado, não são mostrados os números comparativos da demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, sendo o método e procedimentos de consolidação adotado aplicado de forma consistente com o período contabilístico precedente, exceto no que concerne à demonstração consolidada de direitos e obrigações que não foi possível ser preparada com informação rigorosa.

Conciliação de caixa e seus equivalentes e a conta de gerência consolidadas das entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição de caixa e seus equivalentes das entidades controladas era a seguinte:



Conta	2022		2021	
Caixa		0,00		0,00
Depósitos à ordem		1 956 580,03		7 001 315,53
Depósitos à ordem no Tesouro	1 805 660,27		6 897 632,11	
Depósitos bancários à ordem	150 919,76		103 683,42	
Equivalentes de caixa	0,00	6 356 000,00		
Certificados Especiais Dívida do Tesouro	6 356 000,00			
Total de caixa e depósitos		8 312 580,03		7 001 315,53

O grupo público detinha, em 31 de dezembro de 2022, 6.356.000,00 euros de Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), de acordo com o despacho 14343/2022, do Ministério das Finanças, tendo sido resgatados a 2 de janeiro de 2023. Os CEDIC são aplicação de muito curto prazo passíveis de mobilização quase imediata, integrando o conceito de equivalente de caixa de acordo com a Norma de Contabilidade Pública n.º 1.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a conciliação entre o caixa e seus equivalentes das entidades controladas e o saldo de gerência das entidades que compreendem o perímetro de consolidação orçamental é assim representado:

CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período	7 001 315,53	6 569 752,95
Equivalentes a caixa no início do período	7 001 315,53	6 569 752,95
Saldo da gerência anterior	7 001 315,53	6 569 752,95
De execução orçamental	6 650 256,93	6 143 452,61
De operações de tesouraria	351 058,60	426 300,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8 312 580,03	7 001 315,53
Equivalentes a caixa no fim do período	8 312 580,03	7 001 315,53
Saldo para a gerência seguinte	8 312 580,03	7 001 315,53
De execução orçamental	7 803 363,40	6 650 256,93
De operações de tesouraria	509 216,63	351 058,60

Ponta Delgada, 15 de junho de 2023

O Conselho de Gestão



UAç
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES

7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO